



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS (MA)
-ANO 2019-
Processo Administrativo n.º 4928/2019

Aos 14 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, AMÉRICO BEDÊ FREIRE, iniciaram-se os trabalhos de Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Santa Inês (MA), com fundamento no artigo 682, inciso XI, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 27, inciso II, do Regimento Interno deste órgão, sendo a equipe correcional, composta pelos integrantes a seguir nominados, recepcionada pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Márcio Lúcio Batigniani e pelo Diretor de Secretaria Efren Leite da Cruz Segundo. O Edital n.º 034/2019, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 23 de outubro de 2019, tornou pública a Correição em referência, informando que esta se realizaria no período de 13 a 14/11/2019. Foram devidamente cientificados o Juízo da Vara do Trabalho de Santa Inês, o Ministério Público do Trabalho, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão e a AMATRA XVI.

1. DA EQUIPE CORRECIONAL

NOME	CARGO
Américo Bedê Freire	Desembargador Vice-Presidente e Corregedor
Marcos Pires Costa	Secretário da Corregedoria
Olivia Maria Oliveira Almeida	Técnico Judiciário - Área Administrativa
David Tedson Mendonça Ferreira	Analista Judiciário - Tecnologia da Informação
Antônio José Furtado Pinheiro	Agente de Segurança Judiciária
Márcio Alberto Lopes Muniz	Agente de Segurança Judiciária
José Lenildo Ventura de Andrade	Agente de Segurança Judiciária

2. DO ÓRGÃO CORRECIONADO

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	
Endereço	Situa-se à Avenida Castelo Branco, n.º 2.442, bairro Caracão, município de Santa Inês (MA), CEP 65300-000,
Telefone	(98) 3653-2383
Email	visines@t16.jus.br
Lei de criação	Lei n.º 8.432 de 11.06.1992
Data da última correição	30/7 a 02/08/2019

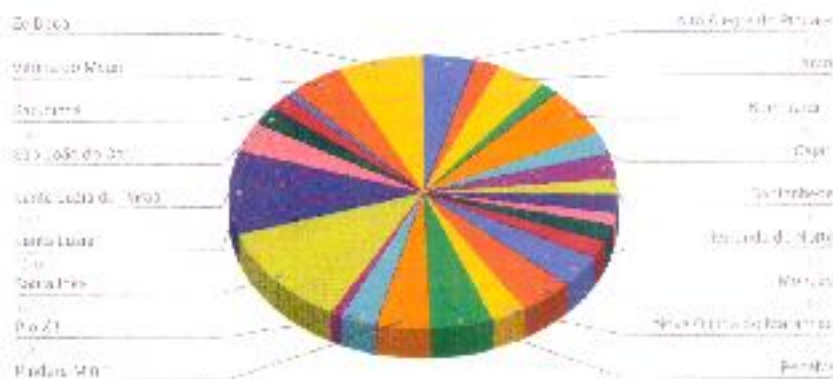


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mangão	33.201	4.150,13
Nova Olinda do Maranhão	20.774	2.596,75
Penha	38.203	4.775,38
Pinaré-Mirim	32.515	4.101,88
Pio XII	21.594	2.699,25
Presidente Médici	8.059	869,88
Santa Inês	28.590	11.073,75
Santa Luzia	7.244	9.055,00
Santa Luzia do Paruá	25.134	3.141,75
São João do Carú	15.828	1.978,50
Satubinha	13.730	1.716,25
Tufilândia	5.826	728,25
Vitória do Meirim	32.664	4.083,00
Zé Doca	51.471	6.433,88
TOTAL	727.502	90.937,75

fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)



3. DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos correccionais na obedeceram à seguinte metodologia: análise dos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão (remessa 561), com dados atualizados até 30/09/2019; verificação dos dados e rotinas da Vara do Trabalho pelo Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista da 1ª Instância (SAPT1), pelo Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e Igest; averiguação, *in loco*, de documentos, procedimentos e instalações físicas; coleta de informações prestadas pelo(a) Diretor(a) de Secretaria e demais servidores; verificação quanto ao cumprimento das recomendações e determinações exaradas na correção do ano pretérito, realizada no período de 30/07 a 02/08/2018, bem como o exame de processos físicos e eletrônicos, por amostragem, com especial atenção àqueles que eventualmente figuraram como objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. DO CORPO FUNCIONAL DA VARA

4.1. Magistrado Titular

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE		
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS		Desde 07/11/2012, conforme Portaria 16ª GP Nº 1096/2012		
AFASTAMENTOS DA JURISDIÇÃO (Fonte: Sistema do RH)				
INÍCIO	FIM	MOTIVOS	DIAS CORRIDOS	TOTAL
07-07-2018	30-07-2018	Féres	120	191
11-06-2018	10-07-2018			
19-02-2018	20-03-2018			
28-01-2019	26-02-2019			
06-12-2018	07-12-2018	CURSO "FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL EFICAZ" - PORTARIA EJD 16 Nº 302/2018	2	
07-03-2019	08-03-2019	- DESPACHO DA PRESIDÊNCIA	2	
08-10-2018	03-10-2018	SEMINAR INTERNACIONAL 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA -	2	
08-08-2018	10-08-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 730/2018	2	
10-01-2018	12-01-2018	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO AGENDADA PELA DESPACHADORA PRESIDENTE, BEM COMO ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO - PORTARIA GP Nº 172/2018	3	
11-04-2019	12-04-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA EJD Nº 264/2019	2	
13-05-2019	17-05-2019	11ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS TRT 16ª - PORTARIA EJD 16 Nº 382/2019	5	
13-09-2018	14-09-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 801/2018	2	
13-11-2018	14-11-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 1114/2018	2	
14-05-2018	18-05-2018	9ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS - PORTARIA EJD 16 Nº 134/2018	5	
14-10-2018	17-10-2018	12ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS TRT 16ª - MEMORANDO EJD Nº 228/2018	4	
16-02-2018	16-02-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 151/2018	2	
16-08-2019	16-08-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 627/2019	2	
16-10-2018	17-10-2018	ENCONTRO REGIONAL DE GESTORES DA ÁREA JUDICIAL DO TRT DA 16ª REGIÃO - PORTARIA GP Nº 1038/2018	2	
17-06-2019	19-06-2019	- DESPACHO DA PRESIDÊNCIA	3	
17-12-2018	18-12-2018	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 1284/2018	2	
18-01-2018	19-01-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP 682/2018	2	
18-10-2018	19-10-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 392/2018	2	
21-03-2018	22-03-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE	2	

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		GESTÃO DE PESSOAS, REALIZADO NESTA CIDADE PORTARIA GP Nº 285/2019	
22-04-2019	22-04-2019	- DESPACHO DA PRESIDÊNCIA	1
22-09-2019	23-09-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 604/2019	2
24-01-2019	25-01-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 32/2019	2
24-05-2018	25-05-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, COM PREJUÍZO DE SUA JURISDIÇÃO NA VARA DE ORIGEM - PORTARIA GP Nº 576/2018	2
24-05-2018	26-05-2018	1ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRT 16ª REGIÃO - PORTARIA EJUJ16 Nº 263/2018	5
25-03-2019	25-03-2019	COM AMPARO NA PORTARIA GP Nº 122/2019 DESPACHO DA PRESIDÊNCIA	1
26-04-2018	27-04-2018	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS EM 27/04/2018 - PORTARIA GP Nº 393/2018	2
28-02-2018	31-03-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS EM 01/03/2018 - PORTARIA GP Nº 141/2019	2
28-03-2018	28-03-2018	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 220/2018	2
28-05-2018	29-05-2018	2ª REUNIÃO DE GESTORES, REALIZADA NESTE TRT16 - PORTARIA GP Nº 523/2018	2
30-05-2019	31-05-2019	AUDIÊNCIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 412/2019	2

A magistrada titular encontra-se em gozo de licença médica, no período de 11 a 14/11/2019.

4.2. Magistrado Substituto Fixo

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE		
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI		Desde 12/11/2009, conforme Portaria 16ª GP Nº804/2012		
AFASTAMENTOS DA JURISDIÇÃO (fora Sistema do RH)				
INÍCIO	FIM	MOTIVOS	DIAS CORRIDOS	TOTAL
03-02-2018	09-02-2018	-férias	120	205
13-07-2018	14-08-2018			
11-03-2019	09-04-2019			
10-04-2019	09-05-2019			
25-05-2019	18-08-2019			
04-06-2018	08-06-2018	EXERCER A TITULARIDADE DA VARA DO TRABALHO DE FREDREIRAS, RESPONDENDO PELO ACERVO PROCESSUAL A DA UNIDADE, COM PREJUÍZO DE SUA JURISDIÇÃO NA VARA DE LOTAÇÃO ORIGINÁRIA - PORTARIA GP Nº 550/2018	5	
04-12-2018	07-12-2018	CAMPIONATO NACIONAL DE FUTEBOL ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS BRASILEIROS - DESPACHO GP	4	
07-11-2018	10-11-2018	PROGRAMA FREEMIND, GESTÃO DA EMOÇÃO PORTARIA GP Nº 1071/2018	4	
10-01-2018	12-01-2018	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO CONVOCADA PELA	3	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		PRESIDENTE DESTA TRIBUNAL E ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO - PORTARIA GP Nº 12/2018	
11-07-2018	12-07-2018	5ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS - PORTARIA GP Nº 515/2018	2
13-05-2019	17-05-2018	11ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS TRT 16ª - PORTARIA EJUD 16 Nº 67/2019	5
13-05-2018	14-05-2018	PORTARIA GP Nº 802/2018 - PORTARIA GP Nº 802/2018	2
15-11-2018	14-11-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 1115/2018	2
14-05-2018	10-05-2018	9ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS - PORTARIA EJUD18 Nº 156/2018	5
14-08-2018	15-09-2018	REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, REALIZADO NO RTT16, COM PREJUÍZO DA SUA JURISDIÇÃO NA VARA DE ORDEM - PORTARIA GP Nº 803/2018	2
14-10-2018	17-10-2018	12ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS TRT 16ª - MEMORANDO EJUD Nº 226/2018	4
15-02-2018	16-02-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 153/2018	2
15-08-2019	16-08-2019	GRUPO DE TRABALHO GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS - PORTARIA GP Nº 606/2019	2
18-10-2018	18-10-2018	ENCONTRO REGIONAL DE GESTORES DA ÁREA JUDICIAL DO TRT DA 16ª REGIÃO E DA REUNIÃO SOBRE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PORTARIA GP Nº 1031/2018	3
17-08-2018	20-08-2018	58º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO - PORTARIA EJUD 16 Nº 163/2018	4
17-12-2018	18-12-2018	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 1203/2018	2
18-01-2018	19-01-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP 34/2018	2
18-10-2018	19-10-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 860/2018	2
20-08-2018	24-08-2018	EXERCER A TITULARIDADE DA VARA DO TRABALHO DE RAISAS - PORTARIA GP Nº 781/2018	5
21-03-2018	22-03-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, REALIZADO NESTA CIDADANIA - PORTARIA GP Nº 283/2018	2
21-06-2018	21-06-2018	COMITÊ REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, EM 21-06/2018 - PORTARIA GP Nº 617/2018	1
22-05-2019	23-05-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS - PORTARIA GP Nº 695/2019	2
24-01-2019	25-01-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, EM 25/01/2019 - PORTARIA GP Nº 34/2019	2
24-05-2018	25-05-2018	REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, NESTE TRT 16ª - PORTARIA GP Nº 512/2018	2
24-09-2018	28-09-2018	10ª SEMANA DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRT 16ª REGIÃO - PORTARIA EJUD Nº 262/2018	5
25-04-2018	27-04-2018	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, 27-04/2018 - PORTARIA GP Nº 394/2018	2
27-08-2018	30-08-2018	SIMPÓSIO - NEGRO(A), AFRO-RELIGIOSO QUILOMBOLA, RACISMO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: REFLEXOS NO MUNDO DO TRABALHO - MEMO EJUD 16 Nº 251/2018	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

28-02-2019	01-03-2019	COMITÊ GESTOR REGIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS, FM 01009/2019 - PORTARIA GP Nº 140/2019	2	
30-01-2019	01-02-2019	ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DE 2019, E DO III ENCONTRO DE GESTORES DO TRT DA 16ª REGIÃO - PORTARIA GP Nº 142/2019	3	
Para atuar em outra Vara do Trabalho				
03-02-2018	03-02-2018	EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA VARA DO TRABALHO DE BALSAS, RESPONDENDO PELO ACERVO PROCESSUAL "A" DA UNIDADE - PORTARIA GP Nº 183/2018	7	54
04-06-2018	06-08-2018	EXERCER A TITULARIDADE DA VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS, RESPONDENDO PELO ACERVO PROCESSUAL "A" DA UNIDADE, COM PREJUÍZO DE SUA JURISDIÇÃO NA VARA DE LOTAÇÃO ORIGINÁRIA - PORTARIA GP Nº 589/2018	5	
17-09-2018	21-09-2018	EXERCER A TITULARIDADE DA VT DE BALSAS - PORTARIA GP Nº 918/2018	5	
20-08-2018	24-08-2018	EXERCER A TITULARIDADE DA VARA DO TRABALHO DE BALSAS - PORTARIA GP Nº 781/2018	6	
21-05-2018	21-05-2018	TITULARIDADE DA VT DE PEDREIRAS, RESPONDENDO PELO ACERVO "A" DA UNIDADE JJR ADICIONAL, SEM PREJUÍZO DA JURISDIÇÃO DA VARA DE ORIGEM - PORTARIA GP Nº 520/2018	4	
22-01-2018	02-02-2018	VARA DO TRABALHO DE BALSAS, RESPONDENDO PELO ACERVO PROCESSUAL "A" - PORTARIA GP Nº 94/2018	12	
27-10-2018	28-10-2018	VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO - PORTARIA GP Nº 1032/2018	5	
28-05-2018	30-05-2018	TITULARIDADE DA VT DE PEDREIRAS, RESPONDENDO PELO ACERVO "A" DA UNIDADE, SEM PREJUÍZO DA JURISDIÇÃO DA VT DE LOTAÇÃO ORIGINÁRIA, - PORTARIA GP Nº 520/2018	3	
29-10-2018	31-10-2018	VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO - PORTARIA GP Nº 1032/2018	3	
30-09-2019	04-10-2019	AUXILIAR NA 2ª VT DE IMPERATRIZ - PORTARIA GP Nº 691/2019	5	

Durante os trabalhos correccionais o magistrado respondeu pela titularidade da Vara, por conta do afastamento da titular.

4.3. Outros magistrados substitutos que atuaram na Vara do Trabalho

NOME	LOTAÇÃO NA UNIDADE
Fábio Ribeiro Sousa	Designado para Auxiliar na VT no período de 18 a 20/06/2018.

4.4. Assiduidade e Residência na sede da Vara

Conforme determina o art. 17 c/c art. 26, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT, os magistrados são assíduos comparecendo, regularmente, à Unidade, e mantem residência na cidade sede da Vara Trabalhista.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4.5. Dos servidores

A relação nominal dos servidores da Vara do Trabalho de Santa Inês (MA), com os respectivos cargos, formação profissional e funções comissionadas, é a seguinte:

SERVIDORES				
Nome	Cargo	Escolaridade	Função	Atividade Principal
EFRENILHE DA CRUZ SEGUNDO	Diretor de Secretaria	Superior Completo-Direito	CJ-03	Gestão de pessoas e gestão administrativa da Vara. Acompanhamento dos dados estatísticos por meio do S-gasão, gerenciamento dos processos no sistema PJE, INFOJUD e SERASAJUD.
HERBERTH DE SOUSA DOURADO	Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	Superior Completo-Direito	UAE	Confeção de mandados, uso do sistema BACENJUD e RENAJUD e cumprimento de mandado.
CARLOS FELIPE ARRUDA MORAES		Superior Completo-Direito		Confeção de mandados, uso do sistema BACENJUD e RENAJUD e cumprimento de mandado.
THIAGO HENRIQUE DE MORAIS NOBRE	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superior Completo- Direito	FC-04	Elaboração de proposta de minuta de sentenças, decisões incidentes e liminares.
PRISCYLLA DIAS DE SOUZA		Superior Completo- Direito	FC-03	Elaboração de proposta de minuta de despachos e controle de prazos.
RAIMUNDO HEIVÉCIO NASCIMENTO ROMA		Superior Completo- Direito	FC-04	Elaboração de proposta de minuta de sentenças, decisões incidentes e liminares.
LYNDA LARISSA DE ARAUJO RIBEIRO		Superior Completo- Direito	FC-01	Confeção de notificações oficiais, editais, cartas precatórias e mandados.
PRISCYLLIA DANNYELLE CARVALHO DO VALE	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Superior Completo- Direito	FC-04	Chamada de audiência e acompanhamento dos processos até a realização de 1ª ou proferimento de sentença. Marcação de pauta, Confeção de notificações, mandados, editais e cartas precatórias. Minutas de sentenças de extinção.
NELSON DE FRANÇA JUNIOR		Superior Completo-Administração	S-FC	Anotação de CTPS, BNDT e controle de prazos.
EDILMAR DE ASSIS PASSOS		Superior Completo-Matemática	FC-02	Elaboração de cálculos e despachos relacionados a atos de liquidação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

EURÁID DE ARAÚJO FIGUEIREDO	Requisitados	Superior - Serviço Social	FC-01	Balcão, Distribuição e Anotação da CTPS e correção.
JOSELO AMÉRICO MAGALHÃES		Superior Completo-Administração	FC-02	Balcão, Distribuição e Anotação de CTPS e controle de prazos.

4.6. Do Teletrabalho

Atualmente, 03 (três) servidores da Unidade encontram-se destacados para a realização de teletrabalho, a saber, Thiago Henrique de Moraes Nobre, Raimundo Helvécio Nascimento Roma e Lynda Larissa de Araújo Ribeiro.

Observa-se que o total de servidores destacados para realização dessa modalidade de trabalho não ultrapassa o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 283/2015.

Indagado sobre o controle da produtividade dos servidores, informou o Diretor de Secretaria que se encontra acompanhando os trabalhos desenvolvidos por aqueles, tudo nos termos do art. 9º da Resolução Administrativa n.º 283/2015, reputando, nesse contexto, como satisfatórios os resultados obtidos com o referido regime.

4.7. Dos estagiários

ESTAGIARIOS	
Nome	Escolaridade
DANIELA MATIAS CABRAL	NÍVEL MÉDIO

4.8. Dos terceirizados

TERCEIRIZADOS	
Nome	Atribuição
MÁRIO SILVA LOPES	Vigilância
JOSÉ SOUSA ALENCAR	
ELINALDA SILVA	Serviços Gerais

5. ENQUADRAMENTO DA UNIDADE CORRECIIONADA

Para fins de análises comparativas entre Unidades, adotou-se a movimentação processual do último triênio (2016-2019) como critério para enquadramento das Varas em mesmo grupo. Adotou-se, com referência, o Anexo III da Resolução CSJT nº 63/2010:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	FAIXAS	Lotação
Até 500	1	5 a 6
501 a 750	2	7 a 8
751 a 1000	3	9 a 10
1001 a 1500	4	11 a 12
1501 a 2000	5	13 a 14
2001 a 2500	6	15 a 16
2501 ou mais	7	17 a 18

[Assinatura manuscrita]

[Assinaturas manuscritas]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Desse modo, analisando a movimentação processual da Unidade Corregionada, observa-se que está enquadrada na faixa de 1501 (mil quinhentos e um) a 2000 (dois mil e quinhentos), já que recebeu, em média, **1.941 (mil novecentos e quarenta e um)** processos nos últimos três anos, pelo que será comparada com as médias das unidades situadas na mesma faixa de movimentação, constante do quadro abaixo, assim como com a média de todas as unidades da 1ª instância este Regional.

FAIXAS	VARA DO TRABALHO	2016	2017	2018	TOTAL	MÉDIA
III	Vara do Trabalho de Pedreiras	638	1012	514	2364	788
	Vara do Trabalho de Barreirinhas	644	1078	1066	2788	929
	Vara do Trabalho de São João dos Patos	857	1417	566	2822	941
	Vara do Trabalho de Balsas	967	1147	789	2903	968
IV	Vara do Trabalho de Timon	1177	773	1589	3539	1.180
	Vara do Trabalho de Estreito	1052	1519	1100	3671	1.224
	Vara do Trabalho de Açailândia	1254	1452	1283	3989	1.323
V	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	839	2304	1585	4728	1.579
	1ª VT de São Luís	1876	2253	1638	5767	1.922
	Vara do Trabalho de Santa Inês	1644	2411	1768	5823	1.941
	8ª VT de São Luís	2128	2132	1722	5982	1.994
VI	7ª VT de São Luís	2141	2223	1639	6003	2.001
	Vara do Trabalho de Bacabal	1637	2371	1899	6307	2.102
	5ª VT de São Luís	2143	2229	1643	6015	2.005
	4ª VT de São Luís	2140	2300	1641	6081	2.027
	3ª VT de São Luís	2153	2291	1653	6097	2.032
	2ª VT de São Luís	2153	2316	1684	6155	2.052
	Vara do Trabalho de Barra do Corda	1774	2510	1917	6201	2.067
	Vara do Trabalho de Pindamonhangaba	1673	2765	1758	6201	2.067
	Vara do Trabalho de Caxias	2082	2658	1866	6606	2.202
	Vara do Trabalho de Chapadinha	1784	3092	2190	7066	2.355
VII	2ª VT de Imperatriz	5795	6120	1207	13122	4.374
	1ª VT de Imperatriz	5728	5595	1805	13128	4.377
TOTAL		44484	53858	34385	132727	44.273

Item 93292 do sistema e-Gov.br - Caixa Postal 33228-010 São Luís, 69027-900 São Luís

5.1. Relação Servidores x Movimentação Processual (Resolução n.º 63 do CSJT)

FAIXA	PROCESSOS RECEBIDOS/MÉDIA	N.º DE SERVIDORES*	MÉDIA DE PROCESSOS POR SERVIDOR
	2016 a 2018		
IV	1.941	13	134

*Excluído do quadro os servidores em cargo Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Oficial de Justiça Precatório Federal

A Resolução de n.º 63/2010-CSJT, no que se refere à lotação, estabelece que as Varas Trabalhistas que receberam, na média dos 03 (três) anos anteriores ao presente exercício, entre 1501 (mil quinhentos e um) a 2000 (dois mil e quinhentos) processos terão seu quadro de pessoal composto por 13 (treze) a 14 (quatorze) funcionários. Nesse contexto e considerando que a Vara corregionada possui 12 (doze) servidores, incluindo 02 (dois) oficiais de justiça, tem-se que o seu quadro funcional se encontra **Incompleto**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

6.1. Pendentes de Finalização em setembro/2019

FASE DE CONHECIMENTO		FASE DE LIQUIDAÇÃO		FASE DE EXECUÇÃO		CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM		TOTAL	
Legado	Pje	Legado	Pje	Legado	Pje	Legado	Pje	Legado	Pje
27	2978	4	1577	47	1955	10	60	94	6490
2905		1581		2002		66		6584	

6.1.1. Pendentes de Finalização em setembro/2019

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE OLIVEIRA	4221	1º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	5064	2º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	8584	3º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	6895	4º

6.2. Fase de Conhecimento

6.2.1. Processos Recebidos na Unidade

RECEBIDOS	2016	2017	2018	Até 30/09/2019
Por distribuição	1640	2403	1732	818
Por redistribuição	11	8	38	5
Cartas precatórias e de ordem recebidas	76	51	62	41
TOTAL	1727	2462	1830	864

6.2.2. Processos pendentes de Solução

PROCESSOS	Até 30/09/2019
Aguardando a 1ª Sessão de Audiência	420
Aguardando o Encerramento da Instrução	289
Aguardando Prolação de Sentença	2
TOTAL	691



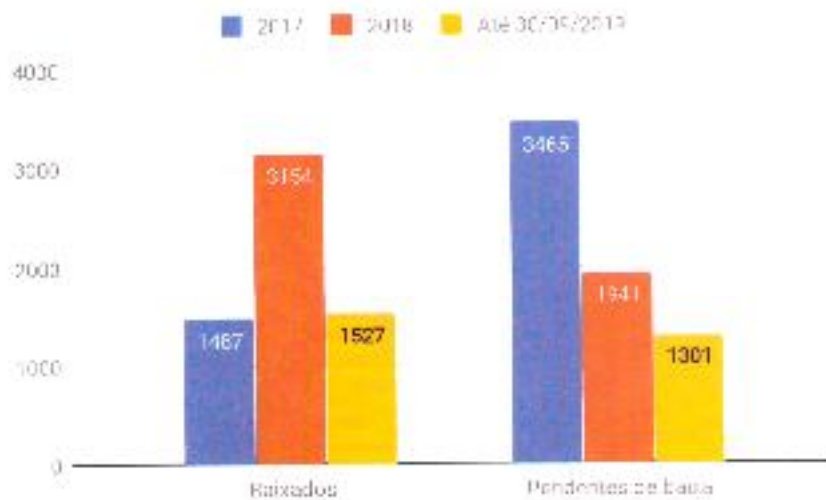
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6.2.2.1. Processos pendentes de Solução - Varas da mesma faixa

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE OLIVEIRA	283	1ª
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	503	2ª
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	541	3ª
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	691	4ª

6.2.3. Baixas de Processos (fase de conhecimento)

BAIXADOS	ANOS		
	2017	2018	Até 30/09/2019
Baixados	1487	3154	1527
Pendentes de baixa	3465	1941	1301

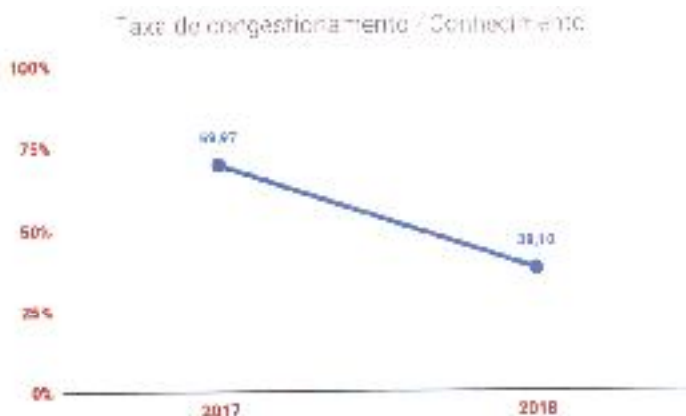


6.2.4. Taxa de Congestionamento - Conhecimento

FASE DE CONHECIMENTO	ANOS	
	2017	2018
Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	3.465	1.941
Processos baixados - fase de conhecimento	1.487	3.154
Taxa de Congestionamento	69,97%	38,10%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



A taxa de congestionamento avaliada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de conhecimento, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula $(TP / (TP + TB))$.

Como se observa, em 2018 a Vara correccionada teve o percentual da taxa em exame decrescida para 38,10%, ocupando o 15º lugar entre as Unidades deste Regional, conforme dados colhidos do Sistema e-Gestão, **cumprindo** a meta 10 do TRT da 16ª Região, consistente em reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020, de modo gradativo com o parâmetro de 44% ou menos em 2018, conforme item 13.3.2.1.

6.2.5. Taxa de Congestionamento - Conhecimento - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2018	PROCESSOS BAIXADOS EM 2018	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE OUBRA	732	2070	28,12	1ª
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDE	883	2403	26,32	2ª
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	496	1543	27,05	3ª
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	1037	2730	27,10	4ª
VARA DO TRABALHO DE BALSA	443	1773	27,41	5ª
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1315	2546	28,51	6ª
VARA DO TRABALHO DE AÇA LÂNDIA	628	1456	30,12	7ª
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1179	2519	31,85	8ª
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1217	2433	33,34	9ª
VARA DO TRABALHO DE FACARAL	1536	2815	35,60	10ª
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1330	2418	36,00	11ª
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	432	762	36,18	12ª
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	567	933	38,81	13ª
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1567	2314	37,14	14ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	1941	3164	38,10	15º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	2713	3872	41,64	16º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1598	2052	45,33	17º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	1751	2230	43,99	18º
VARA DO TRABALHO DE FINHEIRO	3210	3638	46,58	19º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	614	922	48,89	20º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2205	2142	50,72	21º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	4937	4268	53,63	22º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	1372	855	61,61	23º

6.3. Fase de Liquidação

6.3.1. Iniciadas

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Processos com liquidação iniciada	384	1211	836
Processos desarquivados para prosseguimento da liquidação	0	1	0
TOTAL	384	1212	836

6.3.2. Encerradas

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Liquidações encerradas	267	138	550
Processos com liquidação encerrada por acordo	1	0	0
Processos arquivados provisoriamente	0	0	2
TOTAL	268	138	552

6.3.3. Prazos médios de liquidação

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação	778,6	1216,4	1220,17
Do início até o encerramento da liquidação	81,2	102,93	319,08

6.3.4. Observações sobre os procedimentos de liquidação

Os dados revelam que, entre 2017/2018 e 2018/2019, os prazos médios citados no item 6.3.3 sofreram elevação. O Diretor de Secretaria informou que Vara do Trabalho dispõe de um calculista, o servidor Edilmar de Assis Passos.

A equipe correcional constatou a seguinte pendência: 415 (quatrocentos e quinze) processos para elaborar cálculos, o mais antigo desde 01/10/2019 (RT nº 001063-49.2019).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6.4. Fase de execução

6.4.1. Execuções Iniciadas

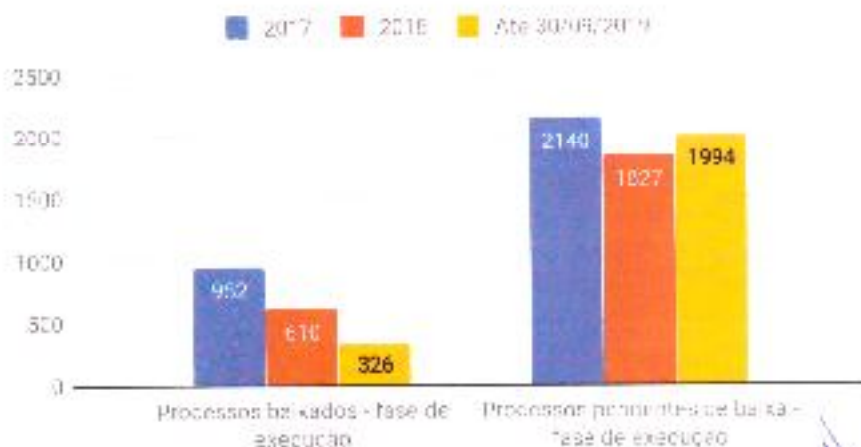
DESCRIÇÃO	ANOS		
	2017	2018	Até 30/09/2019
Processos com execução iniciada	336	246	514
Processos recebidos de outros órgãos para execução	0	0	0
Processos desarquivados para prosseguimento da execução	1	3	60
Processos recebidos com conversão de classe	0	0	1
TOTAL	337	249	575

6.4.2. Execuções Pendentes

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2017	2018	Até 30/09/2019
Processos em execução	1802	1621	1736
Processos suspensos por extinção frustrada	1	1	-
TOTAL	1803	1622	1737

6.4.3. Baixa de Processos (fase de execução)

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2017	2018	Até 30/09/2019
Processos baixados - fase de execução	952	610	326
Processos pendentes de baixa - fase de execução	2140	1827	1994





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6.4.4. Taxa de Congestionamento - Execução

FASE DE EXECUÇÃO	ANOS	
	2017	2018
Processos pendentes de baixa - fase de execução	2.140	1.827
Processos baixados - Meta 5 - CNJ	855	632
Taxa de Congestionamento	69,14%	74,30%



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração a total de processos, na fase de execução, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula $(TP / (TP + TB)) \times 100$.

Os dados acima demonstram que, em 2018, a Vara correccionada apresentou o percentual da taxa em exame acrescida para 74,30%, ocupando o 10º lugar entre as Unidades deste Regional, conforme dados colhidos do Sistema e-Gestão, **descumprindo**, dessa forma a Meta 13 estabelecida por este Regional para 2018, que era de 64% ou menos.

6.4.5. Taxa de Congestionamento - Execução - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2018	PROCESSOS BAIXADOS EM 2018	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1279	867	58,93	1ª
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	703	497	58,79	2ª
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	1258	809	58,01	3ª
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	885	438	65,58	4ª
VARA DO TRABALHO DE TAMBÓ	1065	478	69,12	5ª
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2705	1176	69,70	6ª
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	1825	705	72,11	7ª
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3595	1003	72,65	8ª
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2365	855	73,45	9ª
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	1927	832	74,30	10ª
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	1764	819	74,32	11ª
VARA DO TRABALHO DE CIAPADINHA	2300	742	75,87	12ª



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

VARA DO TRABALHO DE BACABAL	1805	546	76,79	13º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3051	866	77,91	14º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3381	837	78,30	15º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	1918	503	79,21	16º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1181	291	50,22	17º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	3581	646	60,98	18ª
VARA DO TRABALHO DE FINHEIRO	3431	608	50,95	19º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	909	194	32,40	20ª
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3512	727	32,65	21ª
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	2910	502	36,29	22ª
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	2871	384	38,20	23ª

Necessário registrar, ainda, que, em relação à execução de créditos exclusivamente previdenciários, constatou-se, na romessa relativa ao mês de setembro de 2019 do Sistema e-Gestão, a existência de 3 (três) processos em tramitação.

6.4.6. Prazo médio de execução

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Do Ajuizamento da Ação até a Extinção da Execução	1.556,39	1.412,50	1.677,58

7. DAS AUDIÊNCIAS

7.1. Audiências realizadas

7.1.1. Ano 2018

MAGISTRADO	TIPOS						TOTAL
	inicial	instr.	judg.	una	conciliação (conhecimento)	conciliação (execução)	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	0	82	0	477	19	106	684
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	30	0	349	0	1	380
TOTAL	0	112	0	826	19	107	1084

7.1.2. Ano 2019

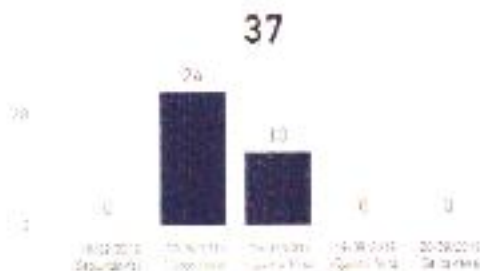
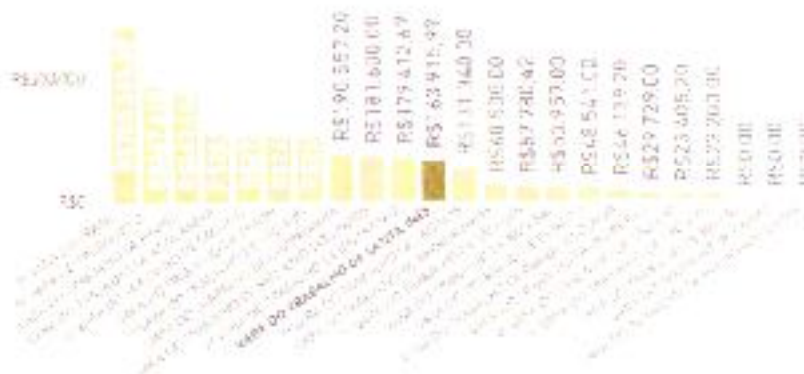
MAGISTRADO	TIPOS						TOTAL
	inicial	instr.	judg.	una	conciliação (conhecimento)	conciliação (execução)	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	0	69	0	189	15	62	334
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	35	0	243	3	7	280
TOTAL	0	98	0	429	18	69	614

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
17



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

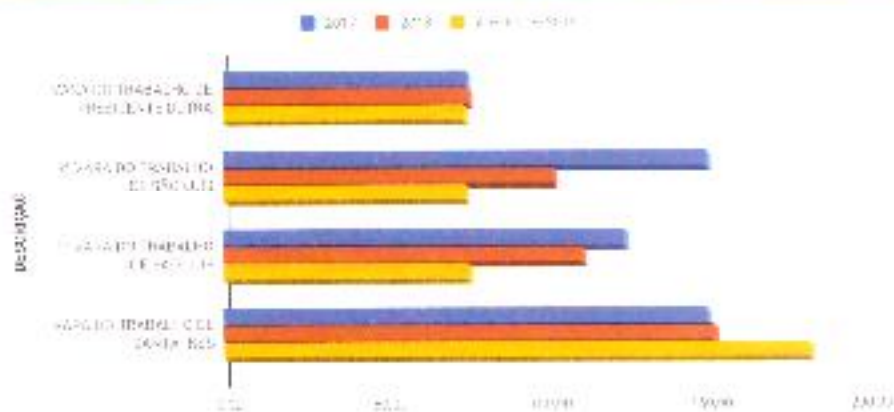
7.1.5. Audiências itinerantes

A este respeito o Diretor de Secretaria prestou a seguinte informação: *“Não foram realizadas atividades itinerantes nos anos de 2018 e 2019, uma vez que esta unidade, em regra, não mais realiza audiências em processos em que figura no pólo passivo ente públicos, eis que se tem adiado a Recomendação nº 5/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho”.*

7.1.6. Prazos médios das varas de mesma faixa de movimentação processual

7.1.6.1. Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência - conhecimento.

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019	Classificação em 2019
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	75,94	76,44	75,15	1º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	150,26	102,52	75,21	2º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	124,73	111,92	76,20	3º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	150,47	152,85	182,43	4º

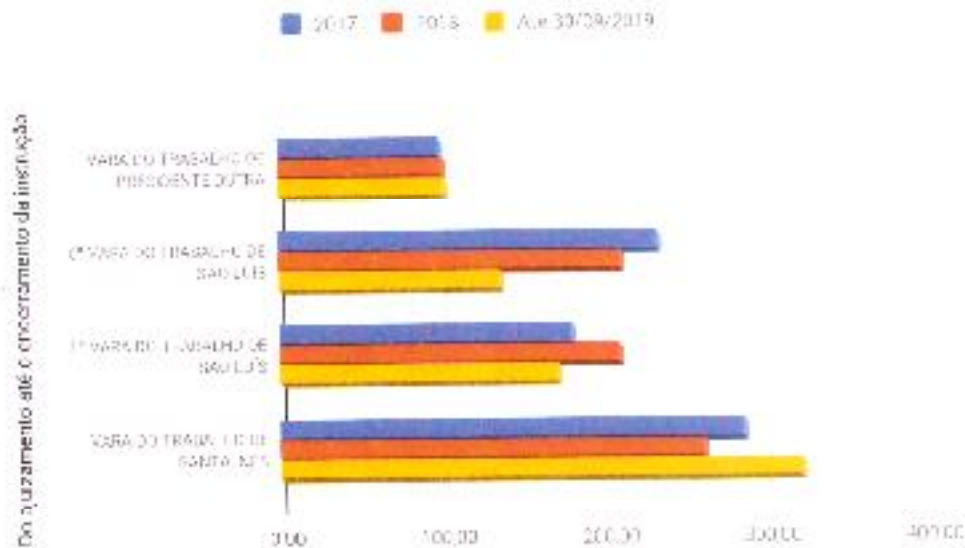


7.1.6.2. Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - conhecimento

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019	Classificação em 2019
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	97,77	100,61	102,24	1º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	252,75	210,44	136,65	2º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	175,39	208,89	171,70	3º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	284,94	261,15	321,94	4º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8. DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS

8.1. Fase de conhecimento

8.1.1. Com exame de mérito - 2018

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	136	22	132	25	0	0	385
MARCO LUCIO BATIGNANI	76	37	582	148	3	0	1148
SEM MAGISTRADO VINCULADO	0	5	51	10	1	0	67
Total	264	64	1065	183	4	0	1580

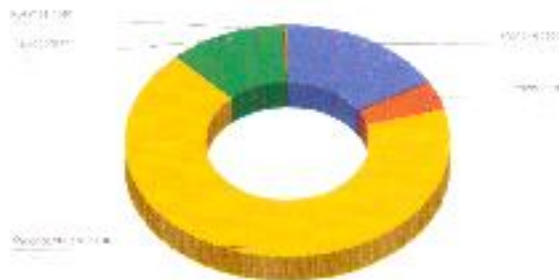
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



8.1.2. Com exame de mérito - até setembro/2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc.	Proc.	Proc. em Parte	Imp.	Ext.	Outras Decisões	TOTAL
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	87	36	403	60	15	0	601
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	75	28	383	29	8	0	503
SEM MAGISTRADO VINCULADO	3	23	58	17	2	0	98
Total	165	87	844	106	25	0	1202



8.1.3. Sem exame de mérito - 2018

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist.	Outras Decisões	TOTAL
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	56	113	26	18	243
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	182	61	30	8	260
SEM MAGISTRADO VINCULADO	17	1	0	0	18
Total	255	175	56	26	521

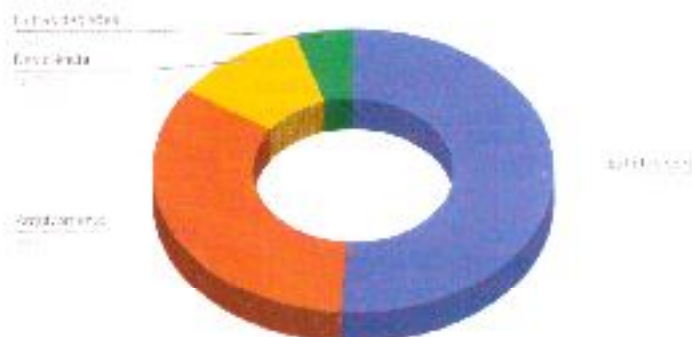
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

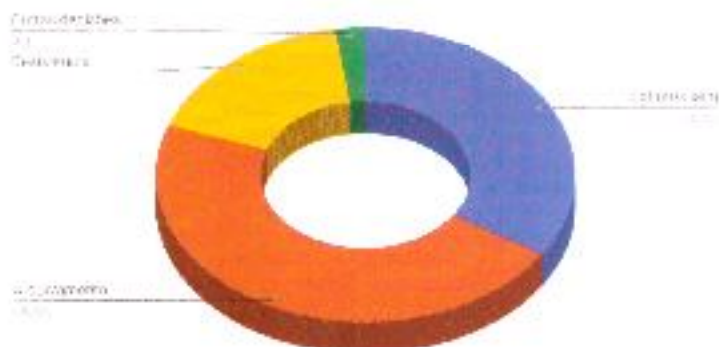


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.1.4. Sem exame de mérito - até setembro/2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist.	Outras Decisões	TOTAL
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	123	148	32	8	311
MÁRIO LÚCIO SATIGNIANI	24	58	43	1	124
SEM MAGISTRADO VINCULADO	3	0	0	1	4
Total	160	204	75	10	439



8.1.5. Sentenças Liquidas - 2018

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LIQUIDAS
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	1
MÁRIO LÚCIO SATIGNIANI	1
TOTAL	2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

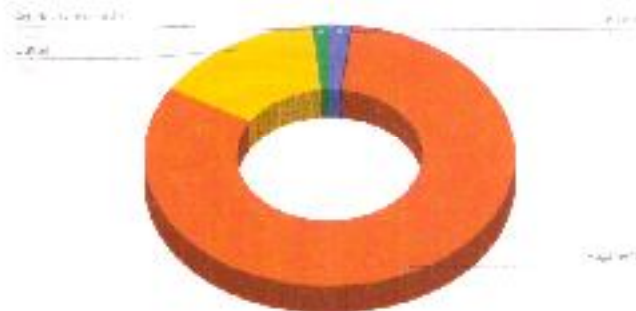
8.1.6. Sentenças Liquidadas - até setembro/2019

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	0
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0
TOTAL	0

8.2. Fase de execução

8.2.1. Execuções encerradas - 2018

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	5	343	4	6
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	6	13	0
SUB-TOTAL	5	349	17	6
TOTAL	5	355	17	6



8.3. Fase de execução - até setembro/2019

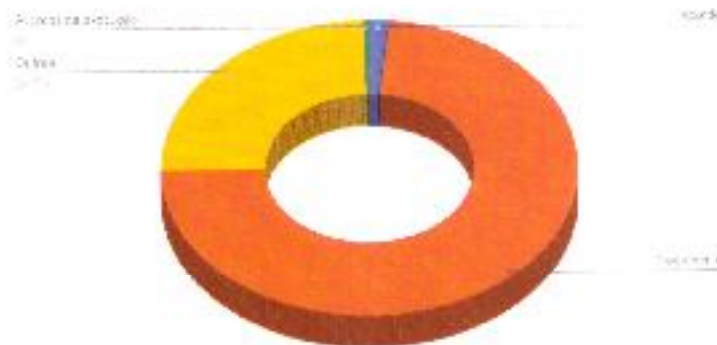
MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	3	178	48	0
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	11	15	0
SEM MAGISTRADO VINCULADO	1	0	3	0
SUB-TOTAL	4	189	66	0
TOTAL	4	199	69	0

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.4. Incidentes Processuais

8.4.1. Fase de conhecimento - 2018

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	62	29	91
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	79	25	104
TOTAL	141	52	193

8.4.2. Fase de conhecimento - até setembro/2019

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	58	42	100
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	45	10	55
SEM MAGISTRADO VINCULADO	1	0	1
TOTAL	105	52	157

8.4.3. Fase de Execução- 2018

MAGISTRADOS	Julgados					Total
	Impug. à Sentença de Liquidação	Embargos à Execução	Embargos à Arrematação	Embargos à Adjudicação	Exceções de pré-executividade	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	0	28	0	0	1	29
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	60	0	0	0	60
Total	0	88	0	0	1	89



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

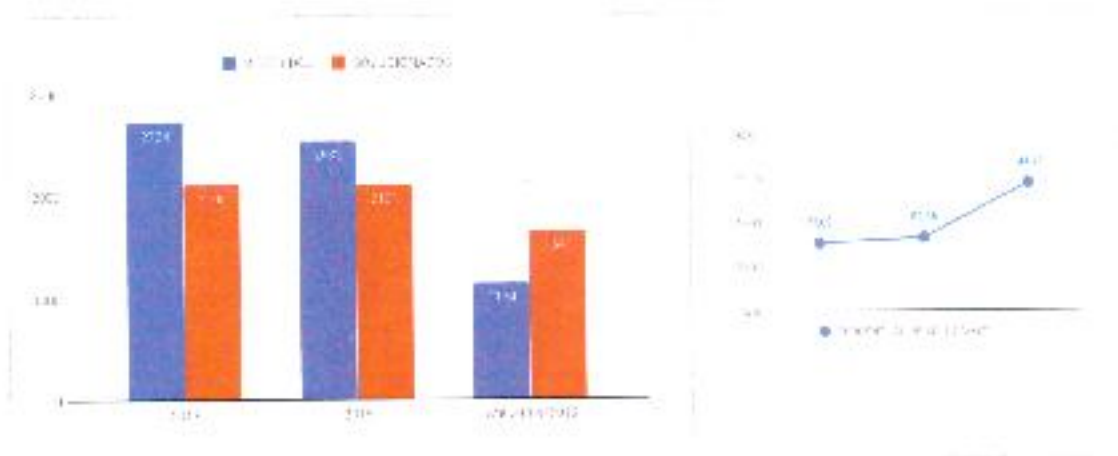
8.4.4. Fase de Execução - até setembro/2019

MAGISTRADOS	Julgadas					Total
	Impug. à Sentença de Liquidação	Embargos à Execução	Embargos à Arrematação	Embargos à Adjudicação	Exceções de pró - executividade	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	3	55	0	0	0	55
MÁRIO LÚCIO BATIGNIANI	0	10	0	0	0	10
Total	0	65	0	0	0	65

8.5. Índice de Solução

8.5.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2017	2724	2100	77,09
2018	2532	2101	82,98
Até 30/09/2019	1134	1641	144,71

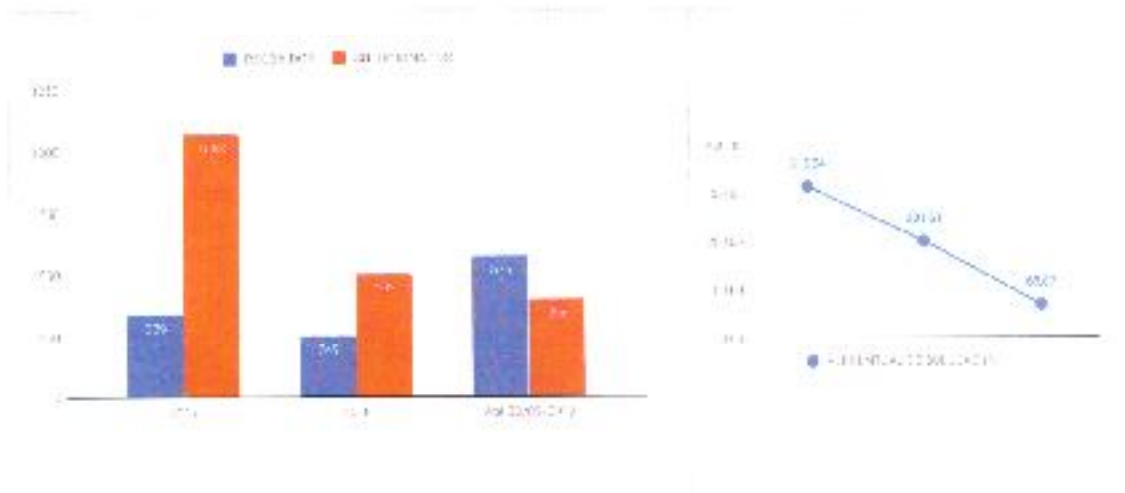


8.5.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2017	539	1065	315,04
2018	249	502	201,61
Até 30/09/2019	575	396	68,87



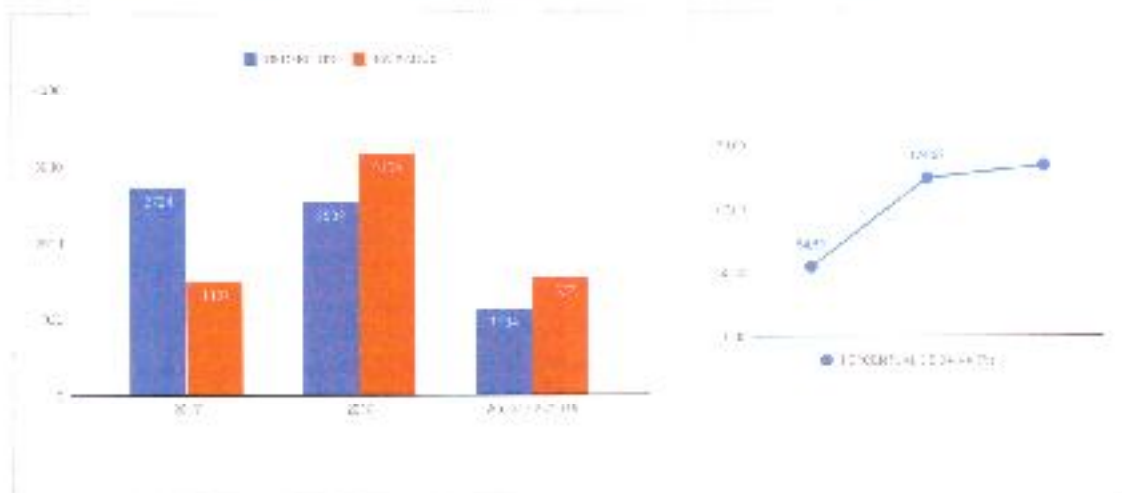
**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



8.6. Índice de Baixa

8.6.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2017	2724	1487	54,59
2018	2532	3151	124,57
Até 30/08/2019	1134	1527	134,68

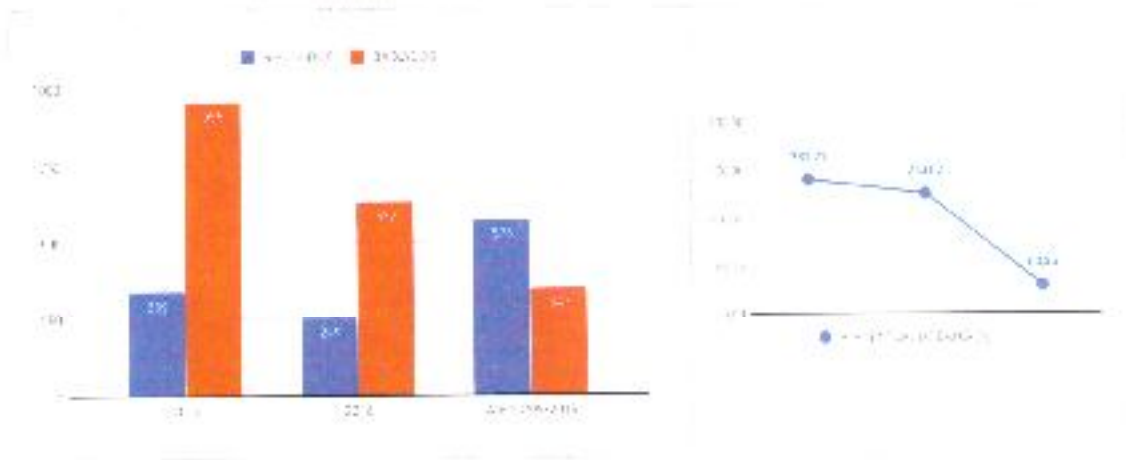


8.6.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2017	339	955	281,71
2018	249	632	255,82
Até 30/08/2019	575	347	60,55



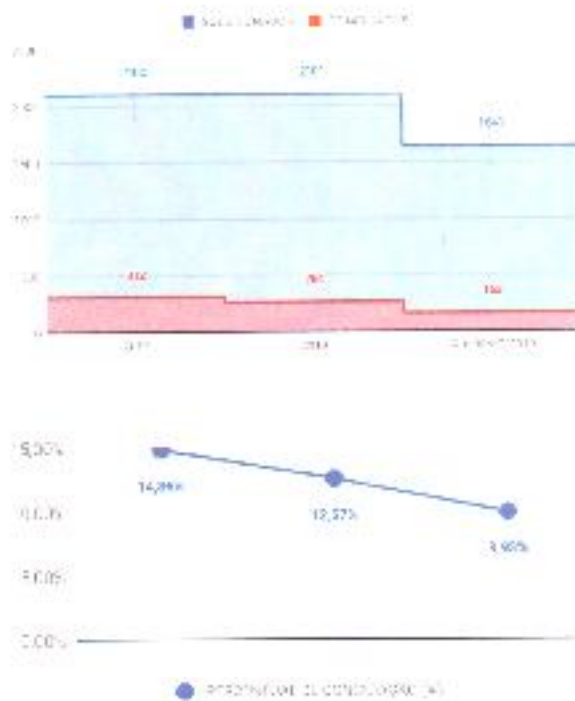
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8.7. Conciliado

8.7.1. Índice de Conciliação

ANO	SOLUCIONADOS	CONCILIADOS	PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO (%)
2017	200	312	14,86%
2018	201	254	12,57%
Até 30/09/2019	1641	153	9,93%



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8.7.3. Aguardando cumprimento de acordo

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2019
Processos aguardando cumprimento de acordo	4
Acordos homologados na fase de execução	0

9. JULGAMENTOS

9.1.1. Pendentes de julgamento de mérito

Em consulta ao Sistema e-Gestão, foram encontradas as pendências abaixo indicadas na remessa referente a setembro/2019:

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2019
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença	2
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença - com prazo vencido	0

9.1.2. Pendentes de julgamento de Incidentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	OPOSTOS EM 2018	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2018	JULGADOS EM 2018	PREJUDICADOS LM 2018	PENDENTES EM 31/12/2018	PENDENTES EM 30/09/2019
	88	4	141	11	135	74

AÇÕES INCIDENTAIS NA LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO	RECEBIDAS EM 2018	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2018	JULGADOS EM 2018	BAIXADOS SEM DECISÃO EM 2018	PENDENTES EM 31/12/2018	PENDENTES EM 30/09/2019
	133	12	88	1	133	115

TUTELAS PROVISÓRIAS	RECEBIDAS EM 2018	DECIDIDAS EM 2018	REVOGADAS EM 2018	PENDENTES EM 31/12/2018	PENDENTES EM 30/09/2019
	106	52	1	77	56

9.1.3. Pendências de julgamento por magistrados

O sistema PJe-JT apontava, em 11/11/2019, o seguinte:

Magistrado	Tarefa de SENTENÇA	atd	Data mais Antiga	Processo mais antigo
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	Analisar Decisão - Jc	7	11/11/2019 10:11:22	0012188-50.2015.5.16.0007
	Analisar sentença	2	11/11/2019 15:49:58	0017019-07.2015.5.16.0007
	Analisar sentença - Exec	16	07/11/2019 22:59:27	0017212-85.2016.5.16.0007
	Minutar Decisão	1	08/11/2019 11:43:22	0016302-15.2019.5.16.0007



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Minutar Decisão - Exec	1	05/11/2019 23:16:37	0018416-80/2017.5.16.0007
	Minutar Decisão - Liq	13	17/10/2019 17:44:14	0018418-80/2018.5.16.0007
	Minutar sentença	6	22/10/2019 08:50:50	0016220-22/2019.5.16.0007
	Minutar sentença - Exec	7	22/10/2019 17:21:51	0017010-74/2017.5.16.0007
		53	SENTENÇAS PENDENTES	

Magistrado	Inteiro de SENTENÇA	qtde	Data/hora Antiga	Processo mais antigo
MARIO LUCIO BATTIGNIANI	Anular sentença	10	05/11/2019 22:29:45	0016535-12/2019.5.16.0007
	Minutar Decisão	3	23/10/2019 10:50:22	0010912-03/2019.5.16.0007
	Minutar Decisão - Exec	4	15/10/2019 11:18:26	0293500-95/2013.5.16.0007
	Minutar Decisão - Lic	9	09/10/2019 14:08:13	0018015-38/2014.5.16.0007
	Minutar sentença	29	21/10/2019 06:12:09	0017563-25/2018.5.16.0007
	Minutar sentença - Exec	2	22/10/2018 17:41:22	0017261-58/2018.5.16.0007
	Minutar sentença - Liq	2	17/10/2019 10:01:09	0018237-60/2018.5.16.0007
		86	SENTENÇAS PENDENTES	

Vale registrar, o seguinte detalhamento quanto aos processos **concluídos para julgamento com prazo vencido**:

MAGISTRADO	Conclusão > 30 dias art. 226, III, do CPC	Conclusão > 90 dias art. 1º/GCGJT 10/2017
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	-	-
MARIO LUCIO BATTIGNIANI	-	-

Fonte: sistema e-Gestão e relatório DTLJ caminho: Intranet-Judicial-Processo-1ª Instância-RJ-17- comparando > conclusos para sentença-Atragem com base no e-Gestão> prazos vencidos e prazos vencidos-PAD)

Ademais, seguem informações relativas ao cumprimento de artigos do Provimento Geral Consolidado relacionados à prolação de sentenças:

MAGISTRADOS	ART 55/64-PGC MARCAÇÃO DE DATA DE JULGAMENTO		ART 57-PGC ASSINATURA 48 HS		ART 62-PGC CONCLUSÃO 24 HS		ART 63-PGC JULGAMENTO 30 DIAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NAO	SIM	NÃO
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	449	5*	500	0	478	25	492	8
MARIO LUCIO BATTIGNIANI	290	38	329	0	307	22	329	0

1- Dados obtidos pelo DTLJ, junto ao banco de dados do RJ-17, utilizando inversão de dados para identificação de atos de encerramento de instrução

2- Antecede: 820 Atos de Encerramento de Instrução juntados após 31.01.2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Artigos 55 e 64

Sim 739
Não 90



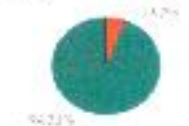
Artigo 57

Sim 829
Não (Em bra...)



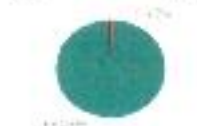
Artigo 62

Sim 782
Não 47



Artigo 63

Sim 821
Não 8



Verificou-se, destarte, o **cumprimento parcial dos arts. 55 e 64** do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.

Constatou-se, ainda, o **cumprimento do comando inserto no art. 57** do Provimento Geral Consolidado deste Regional quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Ainda quanto ao Provimento Geral Consolidado deste Regional, verificou-se o **cumprimento parcial do art. 62**, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

Por fim, detectou-se, entre os processos da amostragem, o **cumprimento do comando inserto no art. 63** do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que trata do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento, na forma das disposições do Código de Processo Civil e da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

PROCESSO	DIAS	DATA JUNTADA ATA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO	DATA CONCLUSÃO PARA PROFERIR SENTENÇA
0016826-28.2017.5.16.0007	91	28/03/2019	25/06/2019
0017786-88.2017.5.16.0007	90	27/03/2019	25/06/2019
0017093-66.2018.5.16.0007	62	24/04/2019	25/06/2019
0017167-15.2018.5.16.0007	53	11/04/2019	03/06/2019
0017240-62.2018.5.16.0007	49	07/05/2019	25/06/2019
0017052-26.2017.5.16.0007	49	18/04/2019	06/03/2019
0017457-28.2018.5.16.0007	49	07/05/2019	23/05/2019
0016642-47.2016.5.16.0007	47	09/05/2019	24/06/2019
0016993-04.2018.5.16.0007	41	29/01/2019	11/03/2019
0016971-40.2018.5.16.0007	41	28/01/2019	11/03/2019
0015852-18.2018.5.16.0007	41	25/01/2019	11/03/2019
0017176-42.2018.5.16.0007	40	30/01/2019	11/03/2019
0017170-27.2018.5.16.0007	40	30/01/2019	11/03/2019
0017533-46.2018.5.16.0007	37	19/03/2019	23/04/2019



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

0017297-63.2014.5.18.0007	35	21/05/2018	25/08/2019
0016178-08.2016.5.18.0007	35	21/05/2018	25/08/2019
0016707-72.2016.5.18.0007	34	21/05/2018	24/08/2019
0016478-03.2017.5.18.0007	34	22/05/2018	25/08/2019
0017287-37.2017.5.18.0007	28	23/01/2018	20/02/2018
0017372-42.2018.5.18.0007	27	26/05/2019	24/06/2019
0016252-48.2018.5.18.0007	27	26/05/2019	24/06/2019
0018030-64.2016.5.18.0007	26	13/02/2019	11/03/2019
0016044-43.2018.5.18.0007	24	09/07/2019	02/08/2019
0017531-04.2014.5.18.0007	23	10/07/2019	02/08/2019
0016039-90.2019.5.18.0007	23	10/07/2019	02/08/2019
0018251-33.2017.5.18.0007	22	17/07/2018	08/08/2018
0017410-88.2017.5.18.0007	21	30/01/2018	20/02/2018
0017425-91.2018.5.18.0007	21	23/10/2018	13/11/2018
0018213-35.2018.5.18.0007	21	23/10/2018	13/11/2018

9.1.4. Prazo médio de julgamento

9.1.4.1. Prazo médio da vara do trabalho

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Do Ajuizamento de Ação até a prolação de sentença na Fase de Conhecimento	286,32	285,3	457,2
Da conclusão até a prolação de sentença na fase de conhecimento	6,8	5,27	11,91

9.1.4.2. Prazo médio por juiz

Prazo médio entre a conclusão e a prolação de sentença (itens 68, 90268, 270 e 90270) excluídos os processos julgados em audiência.

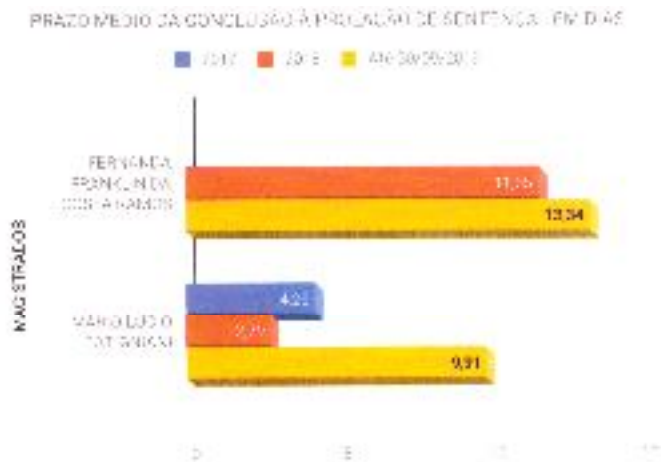
MAGISTRADOS	PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO A PROLAÇÃO DE SENTENÇA		
	2017	2018	Até 30/09/2019
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	08,02	11,85	13,34
MÁRIO LÚCIO BATIONIANI	4,28	2,78	9,91
TÁLIA BARCELLOS HORTEGAL	0,00	30,12	0,00
SEM MAGISTRADO VINCULADO	0,00	11,99	6,57
TOTAL	06,09	5,27	11,91

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9.2. Processos convertidos em diligência

Em consulta ao SAPT¹, constatou-se, no período de 02/08/2018 a 13/11/2019, a ausência de processos com conversão em diligência relativa ao julgamento de ação, bem como do julgamento de incidente.

Por sua vez, o PJe-JT contabilizou **306 (trezentos e seis)** processos convertidos em diligência no mesmo período.

MAGISTRADO	TOTAL
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	245
MARILÚCIO BATIGNIANI	61

À vista do considerável volume de conversões em diligência acima constatado, ultrapassando 3(três) centenas, a equipe correcional procedeu à análise por amostragem das fichas de alguns dos processos listados no relatório em comento, merecendo registro algumas situações, dentre as quais as seguintes:

- 8 (oito) conversões no dia 17/04/2019;
- 15 (quinze) conversões no dia 28/04/2019;
- 25 (vinte e cinco) conversões no dia 30/04/2019;
- processo nº 0016113-80.2016.5.16.0007- concluso para julgamento em 7/11/2018; convertido em diligência em 22/11/2018; concluso para julgamento em 22/8/2019; convertido em diligência em 30/9/2019;
- processo nº 0343400-47.2013.5.16.0007- concluso para julgamento em 15/10/2018; convertido em diligência em 22/10/2018; concluso para julgamento em 30/04/2019;
- alguns processos foram convertidos em diligência 2 vezes, como os de nºs 0018262-83.2015.5.16.0007, 0015538-73.2017.5.16.0007, 0018260-45.2017.5.16.0007, 0018411-11.2017.5.16.0007, 0016174-67.2018.5.16.0007, 0016911-70.2018.5.16.0007, 0017258-06.2018.5.16.0007, 0266000-62.2013.5.16.0007, 0017383-71.2018.5.16.0007, 0017406-17.2018.5.16.0007, 0017734-44.2018.5.16.0007, 0018062-64.2019.5.16.0007, 0016252-27.2019.5.16.0007.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10. DESPACHOS

10.1. Despachos proferidos (conhecimento e execução)

MAGISTRADO	PJe-JT	
	2018	Até 30/09/2019
FABIO RIBEIRO SOUSA	242	
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	4657	513
MARIO LUCIO BATIGNIANI	1793	272
TOTAL	6692	7852

Fonte: PJe-JT

MAGISTRADOS	SAPT1	
	2018	2019
FABIO RIBEIRO SOUSA	0	0
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	221	58
MARIO LUCIO BATIGNIANI	18	15
Total	449	73

Fonte: SAPT1

10.2. Despachos pendentes (conhecimento e execução)

Em consulta ao Sistema SAPT1, realizada no dia 13/11/2019, constatou-se a inexistência de processos físicos pendentes de prolação de despacho.
Quanto ao PJe-JT, em consulta realizada em 11/11/2019, restou apurada a existência de **897 (oitocentos e noventa e sete)** processos conclusos para despacho, assim distribuídos:

magistrado	Tarefa de despacho	qtd	Data mais antiga	Processo mais antigo
FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS	Analisar Despacho	5	11/11/2018 09:47:27	0016003-04.2018.5.18.0007
	Analisar Despacho - Exec	8	10/11/2019 14:30:18	0016894-39.2015.5.18.0007
	Analisar Despacho - Lic	17	11/11/2019 10:47:06	0016012-38.2019.5.18.0007
	Analisar despacho - Reconstituição	1	11/11/2019 13:23:42	0016914-80.2018.5.18.0007
	Minutar Despacho	58	22/08/2019 14:06:09	0017434-53.2016.5.18.0007
	Minutar Despacho - Conversão em diligência	1	07/11/2019 16:48:16	0018252-27.2019.5.18.0007
	Minutar Despacho - Exec	236	19/02/2019 10:29:11	0218800-79.2013.5.18.0007
	Minutar Despacho - Lic	136	21/08/2018 14:45:28	0018557-84.2014.5.18.0007
		490	DESPACHOS PENDENTES	



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

Magistrado	Tarefa do despacho	qtd	Data mais Antiga	Processo mais antigo
MARIO LUCIO BATTIGNANI	Analisar Despacho	2	11/11/2019 17:14:14	0016413-08.2017.5.16.0007
	Analisar Despacho - Lic	3	11/11/2019 17:10:14	0017430-08.2016.5.16.0007
	Minutar Despacho	90	09/09/2019 11:08:46	0016308-18.2016.5.16.0007
	Minutar Despacho - exec	201	18/02/2019 10:16:55	0008800-11.2012.5.16.0007
	Minutar Despacho - Lic	107	14/09/2019 08:54:50	0018971-77.2017.5.16.0007
	Minutar despacho - Sobrestamento	1	18/10/2019 11:22:45	0017085-16.2017.5.16.0007
			407	DESPACHOS PENDENTES

Fonte: Sistema PJe-JT

11. RECURSOS

RECURSO	INTERPOSTOS	RECEBIDOS / REMETIDOS	PENDENTES DE REMESSA EM 31/12/2018	PENDENTES DE DEVOÇÃO EM 30/09/2019
Recurso Ordinário	837	987	113	65
Recurso Adesivo	0	1	3	2
Agravo de Petição	4	2	10	11
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	29	0	29	26
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	0	0	0	0

12. CARTAS PRECATÓRIAS

RECEBIDAS	DEVOLVIDAS	PENDENTES DE DEVOÇÃO EM 31/12/2018	PENDENTES DE DEVOÇÃO EM 30/09/2019
62	152	122	94

13. DOS PAGAMENTOS E DAS ARRECADAÇÕES

O quadro abaixo revela a arrecadação de valores promovida pela Unidade nos anos de 2017 e 2018 e até o mês de setembro/2019.

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/09/2019
Valores Pagos aos reclamantes decorrentes de execução	R\$ 6.220.098,55	R\$ 3.690.775,71	R\$ 1.732.253,27
Custas processuais arrecadadas	R\$ 3.109,35	R\$ 26.908,06	R\$ 20.948,90
Contribuição previdenciária arrecadada	R\$ 933.900,33	R\$ 258.873,69	R\$ 36.860,01
Imposto de Renda arrecadado	R\$ 12.809,88	R\$ 2.872,40	R\$ 1.920,26
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 56.646,34	R\$ 0,00	R\$ 7.598,95
Emolumentos arrecadados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.233.363,93	R\$ 4.159.422,86	R\$ 1.819.901,40



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

14. DAS METAS DO JUDICIÁRIO NACIONAL – CONSELHO NACIONAL DE (CNJ)

14.1. Ano 2018

Para o ano de 2018, entre as metas geradas a serem acompanhadas por todos os segmentos do Poder Judiciário, observam-se as seguintes, aplicáveis à Justiça do Trabalho:

14.1.1. Meta 1: Julgar pelo menos 92% dos processos de Conhecimento distribuídos no ano corrente.

Casos Novos*	Processos Julgados	Percentual Processos recebidos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
1732	2039	117,68%	127,89%	

*Excluída os processos com distribuição parcelada no âmbito o outros órgãos.

14.1.2. Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

Processos Distribuídos em 2016	Processos julgados em 2017 e 2018	Percentual Processos distribuídos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META NÃO CUMPRIDA
1293	1152	89,10%	96,99%	

14.1.3. Meta 3: Aumentar o Índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, no ano corrente, com cláusula de barreira de 48%.

Média do Biênio 2013/2014	Processos Conciliados em 2018	Processos Solucionados em 2018	Índice da VT em 2018	Grau de Cumprimento da Meta	Índice do TRT em 2018	Meta do TRT em 2018	META NÃO CUMPRIDA
37,06%	284	1648	14,30%	37,94%	37,69%	28,49%	

Nota: O índice de conciliação da VT em 2018 de 14,30% diverge do índice de conciliação informado no item 8.7.1 de 12,57%, pelo fato de que o Glossário da Meta exclui as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência, enquanto o do item 8.7.1 considera essas decisões.

14.1.4. Meta 5: Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no ano corrente.

Casos novos de execução em 2018	Processos baixados na fase de execução em 2018	Entrarem na meta	Sairam da meta	Casos novos baixados	Grau de cumprimento da meta	META CUMPRIDA
246	628	10	7	248,05%	289,62%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14.1.5. Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau e até 31/12/2016 no 2º grau;

Casos novos de execução em 2018	Processos baixados na fase de execução em 2018	Casos novos baixados	Grav. de cumprimento de meta	META NÃO CUMPRIDA
5	3	60,00%	51,22%	

14.1.6. Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos- identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Pendentes em 31/12/2017	Distribuídos no ano 2018	Julgados no ano 2018	Saldo Final em 31/12/2018	Grav. de cumprimento de Meta	META CUMPRIDA
40	69	68	-23	170,43%	

Necessário registrar, a seguir, as informações prestadas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa acerca dos maiores litigantes :

PROCESSOS- MAIORES LITIGANTES -2018	
NOME	QUANTIDADE AÇÕES
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18
ESTADO DO MARANHÃO	18
VALE S.A.	15
TOTAL	51

14.2. Ano 2019

Para o ano de 2019, entre as metas gerais a serem acompanhadas por todos os segmentos do Poder Judiciário, observam-se as seguintes, aplicáveis à Justiça do Trabalho:

- **Meta 1/2019** – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- **Meta 2/2019** – Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos 1º e 2º graus;
- **Meta 3/2019** – Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2018/2017;
- **Meta 5/2019** – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente;
- **Meta 6/2019** – Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau;
- **Meta 7/2019**– Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



182.64



103.02



29.70



61.72



102.04



73.50



0.00

As metas em comento são definidas para terem cumprimento ao final deste ano, no entanto as varas do Trabalho podem acompanhar, mensalmente, o grau de cumprimento das referidas metas, pelo sistema Sistema de Acompanhamento de Metas - SIAME, disponível no site deste Regional, no seguinte link: <https://www.trt18.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>.

14.3. OUTRAS METAS

14.3.1. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)

Para os anos de 2015 a 2020, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho fixou algumas metas que deverão ser cumpridas por todas as Varas do Trabalho deste Regional e passarão a ser fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, a saber:

- 14.3.1.1. Meta 5 de 2018:** Reduzir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2016, em 5% (cinco por cento), até 2020. Os TRT's que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 2016, tiveram como meta, em 2018, reduzir o prazo médio em 4%.

Tempo médio de Duração processo em 2016*	Prazo para a Meta em 2018*	Prazo realizado pela VT em 2018*	Grau de cumprimento da Meta	META NÃO CUMPRIDA
225,08	187	285,32	47,13%	

*em dias

Em 2018

- Meta 06 – Idêntica à Meta 01 de 2018 do CNJ;
- Meta 07 – Idêntica à Meta 02 de 2018 do CNJ;
- Meta 08 – Idêntica à Meta 06 de 2018 do CNJ;
- Meta 09 – Idêntica à Meta 03 de 2018 do CNJ;
- Meta 10 – Idêntica à Meta 07 de 2018 do CNJ;
- Meta 11 – Idêntica à Meta 05 de 2018 do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14.3.2. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Para os anos de 2015 a 2020, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa fixou algumas metas, as quais deverão ser observadas por todas as Varas do Trabalho deste Regional, sendo fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, quais sejam:

- **Meta 08** – Elevar a performance jurisdicional do 1º Grau em 1% (um por cento) ao ano, até 2020;
- **Meta 10** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 11** – Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020;
- **Meta 13** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 21** – Aumentar a arrecadação por processo em 10% (dez por cento), até 2020.

Com exceção da meta 08, que se refere a todo o 1º grau e não especificamente à Unidade em análise, todas as demais metas seguem abaixo transcritas:

14.3.2.1. Meta 10: Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2018, porém, a Unidade deverá apresentar percentual menor ou igual a 44%.

Processos pendentes de homologação - fase de conhecimento	Processos baixados - fase de conhecimento	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento	META CUMPRIDA
1.941	3.151	39,10%	

14.3.2.2. Meta 11: Consiste em aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020. Ao final de 2018, a Unidade deveria apresentar percentual de aumento maior ou igual a 4% em relação a 2014.

Acordos Homologados na fase de execução 2014	Acordos Homologados na fase de execução 2018	Percentual de cumprimento	META NÃO CUMPRIDA
12	6	-50%	

14.3.2.3. Meta 13: Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2018, a Unidade deveria apresentar percentual menor ou igual a 64%.

Pendentes em 31/12/2017	Baixados	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	META NÃO CUMPRIDA
1.827	632	74,30%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

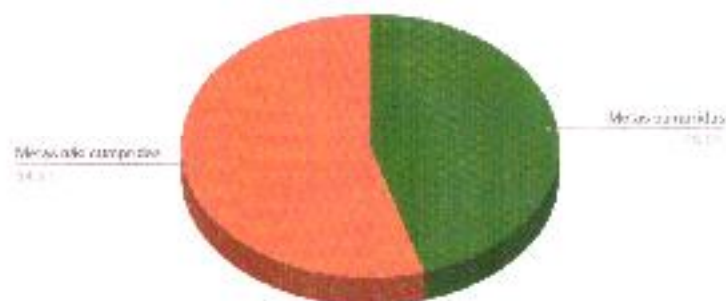
14.3.2.4. **Meta 21:** Aumentar a arrecadação por processo em 10% até 2020. Ao final de 2018 a Unidade deverá apresentar percentual de aumento de 6% em relação a 2015.

Índice de Arrecadação por Processo 2015	Arrecadação/Pagamentos no Período de Referência	Baixados no Período de Referência	Índice de Arrecadação por Processo no Período de Referência	Percentual de Elevação ou Decréscimo	META CUMPRIDA
R\$ 5,912.65	R\$ 4,159.422,66	610	R\$ 6,818,73	15,32%	

RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta	2018	
CNJ	Meta 1	Cumprida
	Meta 2	Não Cumprida
	Meta 3	Não Cumprida
	Meta 5	Cumprida
	Meta 6	Não Cumprida
	Meta 7	Cumprida
	CSJT	Meta 5
TRT	Meta 10	Cumprida
	Meta 11	Não Cumprida
	Meta 13	Não Cumprida
	Meta 21	Cumprida

Percentual de atingimento de Metas em 2018



15. DO SAPT1

A equipe correcional, em consulta ao Sistema SAPT1 em 13/11/2019, constatou a ausência de pendências, relativas a autos físicos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

16. DO PJE-JT

Quanto às pendências do Sistema PJe-JT, a equipe correcional colheu os seguintes dados, em 11/11/2019, após consulta direta ao acervo de processos armazenados nas tarefas:

Agrupamento	Total	Tarefa	Fase	Qtd.	Entrada de mais antigo	Processo mais antigo
Acórdão	67	Acórdãos vencidos	C	11	22/08/2018	0016190-84.2019.5.18.0007
		Aguardando cumprimento de acórdão	C	47	18/10/2018	0017173-35.2016.5.18.0007
		Aguardando cumprimento de acordo	E	9	14/8/2018	0017022-54.2016.5.18.0007
Analisar e Assinar	80	Analisar dependências	C	1	08/11/2019	0016376-31.2019.5.18.0007
		Analisar despacho - Sobrestamento	C	1	11/11/2018	0019344-60.2018.5.18.0007
		Analisar Despacho	C	7	11/11/2018	0019363-04.2018.5.18.0007
		Análise de CD	C	5	10/13/2019	0018477-47.2019.5.18.0007
		Analisar sentença	C	16	05/11/2018	0018835-12.2019.5.18.0007
		Assinar em de comunicação - Servidor	E	2	18/10/2019	0152200-19.2011.5.18.0007
		Analisar Despacho - Exec	E	8	10/11/2018	0016894-39.2015.5.18.0007
		Analisar sentença - Exec	E	16	07/11/2018	0017212-86.2016.5.18.0007
		Analisar expediente da secretaria	C	4	07/11/2018	0016608-87.2014.5.18.0007
		Analisar Despacho - Lij	L	20	11/11/2019	0016012-38.2019.5.18.0007
		Analisar Decisão - Lic	L	7	11/11/2019	0016188-56.2016.5.18.0007
		Analisar expediente da secretaria	L	1	11/11/2019	0016186-57.2013.5.18.0007
		Análises	463	Análise do Conhecimento	C	38
Análise de Execução	E			222	26/10/2019	0017887-17.2019.5.18.0007
Análise de Liquidação	L			132	6/11/2019	0018844-40.2014.5.18.0007
Arquivadas	6082	Arquivo eletrônico	A	8345	05/08/2014	0016485-87.2014.5.18.0007
		Cartas devolvidas	A	314	22/11/2013	0018016-85.2013.5.18.0007
		Desarquivar	A	5	18/12/2019	0139400-22.2012.5.18.0007
		Arquivo provisório	A	176	17/04/2017	0018500-73.2013.5.18.0007
		Cartas devolvidas	C	40	19/02/2019	0017529-64.2017.5.18.0007
		Escolher tipo de arquivamento	C	79	22/07/2019	0017464-04.2017.5.18.0007
		Escolher tipo de arquivamento	C	22	07/10/2018	0016818-49.2014.5.18.0007
		Escolher tipo de arquivamento	L	8	05/08/2016	0016119-50.2017.5.18.0007
Assinar Despachos e Decisões	44	Analisar despacho - Sobrestamento	C	1	11/11/2019	0016994-30.2015.5.18.0007
		Analisar dependências	C	1	08/11/2019	0010976-01.2019.5.18.0007
		Analisar Despacho	C	7	11/11/2018	0015883-34.2019.5.18.0007
		Analisar Despacho - Exec	E	6	10/11/2018	0015894-35.2015.5.18.0007
		Analisar Decisão - Lij	L	7	11/11/2018	0016188-56.2015.5.18.0007
		Analisar Despacho - Lic	L	20	11/11/2018	0018012-36.2019.5.18.0007
Assinar Sentenças - Con	18	Analisar sentença	C	16	05/11/2018	0018835-12.2019.5.18.0007
Assinar Sentenças - Lic/Exec	18	Analisar sentença - Exec	E	16	07/11/2018	0017212-86.2016.5.18.0007
Audiência	311	Aguardando audiência	C	300	24/09/2019	0016139-26.2019.5.18.0007
		Aguardando audiência	E	6	14/07/2018	0018399-72.2017.5.18.0007
		Aguardando audiência	L	5	17/10/2018	0017982-57.2018.5.18.0007
Comunicação e Expedientes	232	Preparar ato de comunicação	C	12	17/10/2018	0017385-63.2018.5.18.0007
		Publicar DJe - Con	C	13	11/11/2019	0018145-85.2016.5.18.0007
		Minutar expediente da secretaria	C	3	11/11/2019	0018746-23.2019.5.18.0007
		Preparar comunicação	C	1	11/11/2019	0018848-72.2017.5.18.0007
		Publicar DJe - Exec	E	3	11/11/2019	0018869-85.2014.5.18.0007
		Minutar expediente da secretaria	E	20	31/01/2019	0028300-62.2012.5.18.0007
		Preparar ato de comunicação	E	33	17/10/2019	0016089-61.2018.5.18.0007

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

		Preparar ata de comunicação	L	115	15/10/2019	0016653-20.2018.5.18.0007
		Preparar comunicação	L	2	11/11/2019	0016288-20.2018.5.18.0007
		Minutar expediente da secretaria	L	6	07/10/2019	0017001-22.2016.5.18.0007
		Publicar D.J.e - Lij	L	18	11/11/2019	0016159-09.2016.5.18.0007
		Intimações automáticas com pendências - L.e	L	1	11/11/2019	0017454-73.2018.5.18.0007
Cumprimento de Providências	1331	Aguardando tudo pericial	C	7	18/07/2018	0017001-49.2016.5.18.0007
		Registrar pagamentos ou despesas processuais	C	07	4/4/2018	0017391-10.2016.5.18.0007
		Cumprimento de Providências	C	214	22/5/2018	0018171-78.2019.5.18.0007
		Designar peritos	C	2	18/7/2018	00183041-39.2017.5.18.0007
		Cumprimento de Providências	F	380	8/3/2018	0057700-73.2013.5.18.0007
		Registrar pagamentos ou despesas processuais	E	70	1/3/2018	0015442-58.2017.5.18.0007
		Aguardando ppto RPV Precatório	E	8	25/1/2018	0052800-81.2013.5.18.0007
		Controle de depósito ou traço	E	3	29/1/2018	0103800-24.2013.5.18.0007
		Aguardando comprovantes bancários	E	26	28/1/2018	0018870-87.2011.5.18.0007
		Cumprimento de Providências	L	677	25/4/2010	0017233-81.2018.5.18.0007
Minutar Decisão	174	Minutar Decisão	C	4	23/10/2019	0018913-06.2018.5.18.0007
		Apreciar admissibilidade de recursos	C	18	23/10/2019	0018578-44.2018.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado - Exec	E	5	15/10/2018	0285100-90.2013.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado - Exec	E	106	8/1/2018	0018529-77.2017.5.18.0007
		Minutar Decisão - Lij	L	22	8/1/2018	0016015-09.2014.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado - Lij	L	19	8/1/2018	0018328-25.2017.5.18.0007
Minutar Despacho	1004	Conclusão ao magistrado	C	19	8/1/2018	0018288-75.2019.5.18.0007
		Minutar despacho - Sobrestamento	C	1	18/10/2018	0017085-15.2017.5.18.0007
		Minutar Despacho	C	178	22/8/2018	0017424-53.2016.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	C	1	16/10/2018	0292700-87.2013.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	E	424	18/2/2018	0098300-11.2012.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado - Exec	E	108	6/11/2019	0018329-77.2017.5.18.0007
		Minutar Despacho - L.e	L	243	14/9/2019	0018871-77.2017.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	L	2	24/10/2019	0000100-80.2008.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado - L.e	L	19	01/11/2019	0018028-25.2017.5.18.0007
Minutar Despachos e Decisões	328	Minutar Despacho	C	179	27/8/2019	0017434-83.2018.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	C	1	18/10/2019	0282700-87.2013.5.18.0007
		Minutar Decisão	C	4	23/10/2019	0018913-06.2018.5.18.0007
		Apreciar admissibilidade de recursos	C	18	23/10/2019	0018578-44.2018.5.18.0007
		Minutar despacho - Sobrestamento	C	1	18/10/2019	0017001-22.2016.5.18.0007
		Conclusão ao magistrado	C	19	8/1/2018	0018288-75.2019.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	E	434	18/2/2018	0098300-11.2012.5.18.0007
		Minutar Decisão - Exec	E	5	15/10/2018	0285100-90.2013.5.18.0007
		Minutar Despacho - Exec	L	2	24/10/2018	0000100-80.2009.5.18.0007
		Minutar Despacho - Lij	L	213	14/8/2018	0018871-77.2017.5.18.0007
		Minutar Decisão - L.e	L	22	8/1/2018	0016015-09.2014.5.18.0007
		Minutar Sentença	47	Minutar sentença	C	35
Minutar Despacho - Conversão em diligência	C			1	7/11/2018	0018252-27.2018.5.18.0007
Minutar sentença - Exec	E			7	30/10/2019	0042000-33.2013.5.18.0007
Minutar sentença - Lij	L			2	17/10/2019	0018237-82.2018.5.18.0007
Minutar sentença - Exec	L			2	22/10/2019	0017610-74.2017.5.18.0007
Minutar Sentenças - Con	36	Minutar Despacho - Conversão em diligência	C	1	7/11/2018	0018252-27.2018.5.18.0007
Minutar sentença	C	35	21/10/2019	0017593-25.2018.5.18.0007		
Minutar Sentenças - Lij/Exec	11	Minutar sentença - Exec	E	7	30/10/2019	0042000-33.2013.5.18.0007
		Minutar sentença - Lij	L	2	17/10/2019	0018237-82.2018.5.18.0007

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Minutar sentença - Exec	L	2	22/10/2019	0017019-74.2017.5.18.0007
Novas Processas	123	Inicial Inicial	C	23	28/10/2018	0016407-96.2019.5.18.0007
		Apreciar dependência	C	1	11/11/2019	0016381-53.2019.5.18.0007
		Iniciar Execução	E	97	28/3/2019	0016711-61.2019.5.18.0007
		Iniciar Execução	Execução	2	2/10/2019	0205300-51.2009.5.18.0007
Outros	172	Aguardando término dos prazos	C	118	6/9/2019	0017515-73.2014.5.18.0007
		Controle de percia	C	44	16/3/2018	0019122-42.2016.5.18.0007
		Aguardando apreciação pela instância superior	C	848	4/9/2015	0018720-64.2014.5.18.0007
		Transferir em Juizado	C	74	8/9/2019	0017503-78.2016.5.18.0007
		Aguardando prazo recursal	C	138	4/9/2019	0017272-81.2014.5.18.0007
		Aguardando final do sobrestamento	C	53	10/1/2018	0017413-77.2018.6.18.0007
		Aguardando apreciação pela instância superior	E	4	29/3/2019	0018177-97.2016.5.18.0007
		Aguardando prazo recursal	E	1	22/10/2019	0106208-24.2012.5.18.0007
		Aguardando final do sobrestamento	E	108	21/8/2017	0072300-21.2010.5.18.0007
		Aguardando término dos prazos	E	58	6/8/2018	0017288-12.2016.5.18.0007
		Aguardando apreciação pela instância superior	L	4	2/8/2019	0018521-37.2017.5.18.0007
		Aguardando final do sobrestamento	I	2	28/2/2019	0018407-08.2014.5.18.0007
Aguardando término dos prazos	L	162	20/8/2019	0016095-64.2013.5.18.0007		
Prazos vencidos	721	Trânsito em Julgado	C	1	18/10/2019	0018887-76.2017.5.18.0007
		Prazos vencidos	C	122	15/8/2019	0017193-11.2016.5.18.0007
		Prazos vencidos	E	110	19/8/2019	0017003-71.2013.5.18.0007
		Prazos vencidos	L	463	3/8/2019	0018442-81.2017.5.18.0007
Recebimento a Homologar	83	Recebimento de instância superior	C	21	21/10/2019	0016101-32.2017.5.18.0007
		Homologação necessária - AR	C	57	13/10/2018	0017109-44.2017.5.18.0007
		Redistribuição	C	1	14/10/2018	0018104-57.2017.5.18.0007
		Remeter ao 2o Grau	C	2	6/11/2019	0017388-43.2016.5.18.0007
		Homologação necessária - AR	F	1	24/10/2019	0019134-91.2013.5.18.0007
		Remeter ao 2o Grau - Pendências de Dados	L	-	6/11/2019	0018897-81.2017.5.18.0007

* C-Cometimento L-Liquidação E-Execução A-Arquivado **Alerta de Pendência

16.1. Escaninho

No tocante ao escaninho do Sistema PJe-JT, verificou-se, no dia 13/11/2019, os dados listados abaixo:

Petições não apreciadas	
Total de Petições	793
Petições em processos com prioridade	30
Petições em sigilo/segredo	2
Petições urgentes	26
Petições assinadas por peritos	0
Documentos internos	
Total de Documentos	2528
Documentos em processo com prioridade	60
Documentos em sigilo/segredo	0
Planilha de cálculo	1240
Atas de audiências assinadas	377
Vencidos devolvidos	829



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandados Pendentes	62
Processos sem audiências	
Total	704

Verificou-se que a Unidade **não utiliza a ferramenta** disponível no PJe 2.0 como meio de controle das pendências existentes no Juízo.

16.2. Atas de audiências pendentes de assinatura

Ainda em consulta ao Sistema PJe-JT, foi constatada a inexistência de atas de audiências pendentes de assinatura de Magistrados.

16.3. Prazo médio de permanência do processo na tarefa nos últimos 12 meses

Tarefa	Ord Processos	Prazo Médio em Dias
Aguardando comprovantes bancários	170	298,72
Inssing	1	271
Registrar no BNDT	15	189,11
Aguardando atualização de cálculo	34	170,82
InfoJud	27	165,04
Acordos vendícios	152	151,39
Aguardando cálculo - Parais	1	141
Aguardando cálculo - Secretária	603	138,45
Sensajud	2	114
Aguardando audiência - Exec	4	113,75
Controle de partes	237	69,68
Aguardando anotação da CTPS	67	66,27
Cumprimento de providências	2172	65,41
Aguardando audiência - Jfe	1	64
Minuta Despacho - Exec	2233	59,22
Cumprimento de Providências	3281	57,53
Excluir no BNDJ	4	56,5
Minuta Decisão - Exec	147	55,60
Concluso ao magistrado - plantão	1	52
Aguardando extinção	3518	52,31
RejudJud	10	44,75
Aguardando o quito acen	91	40,3
Registrar pagamentos ou despesas processuais	480	35,25
Transferir em juizado	348	31,17
Aguardando laudo pericial	8	30,25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Minutar dependência	160	29,55
Minutar expediente da secretaria	1826	28,83
Conclusão ao magistrado - Exec	3100	28,4
Minutar Decisão - Liq	865	26,89

16.4. Processos que ficaram mais tempo em uma tarefa

Tarefa	Processo	Entrada	Saída	Dias	Qtd processos passaram na tarefa	Prazo médio da tarefa
Conclusão ao magistrado - Liq	0016749-17.2014.5.18.0007	20/07/2018	25/02/2019	220	3800	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0016675-37.2016.5.18.0007	31/07/2018	26/02/2019	210	3800	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0016988-21.2014.5.18.0007	31/07/2018	25/02/2019	209	3800	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0016404-17.2015.5.18.0007	31/07/2018	25/02/2019	208	3800	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0016986-17.2015.5.18.0007	01/08/2018	26/02/2019	238	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0017208-48.2013.5.18.0007	31/07/2018	26/02/2019	238	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0017761-57.2014.5.18.0007	31/07/2018	26/02/2019	238	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0018401-81.2017.5.18.0007	31/08/2018	26/02/2019	275	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0018212-84.2015.5.18.0007	31/07/2018	25/02/2019	209	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0016053-73.2014.5.18.0007	31/07/2018	25/02/2019	209	3600	18,75
Conclusão ao magistrado - Liq	0017028-32.2016.5.18.0007	01/08/2018	26/02/2019	209	3600	18,75
InfoJud	0115300-71.2013.5.18.0007	03/08/2018	18/07/2019	349	27	185,04
InfoJud	0118100-72.2013.5.18.0007	03/08/2018	19/07/2019	344	27	185,04
InfoJud	0017565-82.2015.5.18.0007	13/07/2018	19/06/2019	334	27	165,01
InfoJud	0018274-87.2015.5.18.0007	09/08/2018	18/06/2019	313	27	105,34
InfoJud	0082100-81.2012.5.18.0007	11/09/2018	16/03/2019	260	27	155,34
InfoJud	0083000-64.2012.5.18.0007	12/09/2018	18/06/2019	279	27	185,04
InfoJud	0016090-37.2016.5.18.0007	12/09/2018	16/05/2019	279	27	185,04
InfoSeg	0183000-42.2013.5.18.0007	22/09/2018	21/05/2019	271	1	271
Minutar Decisão - Exec	0018136-31.2013.5.18.0007	09/05/2018	26/03/2019	289	147	55,59
Minutar Decisão - Exec	0018737-88.2015.5.18.0007	04/07/2018	11/03/2019	246	147	55,59
Minutar Decisão - Exec	0018677-30.2014.5.18.0007	08/07/2018	11/03/2019	245	147	55,59
Minutar dependência	0017080-22.2018.5.18.0007	29/06/2018	12/04/2019	225	189	29,55



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Minutar dependência	0017162-79/2018.5.16.0007	28/06/2018	12/04/2019	225	188	29,55
Minutar dependência	0017033-83/2018.5.16.0007	29/06/2018	12/04/2019	225	186	29,55
Minutar dependência	0017009-55/2018.5.16.0007	26/05/2018	12/04/2019	225	186	29,55
Minutar dependência	0017183-64/2018.5.16.0007	29/08/2018	11/04/2019	224	185	29,55
Minutar dependência	0017097-49/2018.5.16.0007	29/03/2018	26/03/2019	208	169	29,55
Minutar Despacho	0057200-45/2013.5.16.0007	06/11/2018	04/08/2019	210	5863	15,24
Minutar Despacho - Exec	0043200-21/2010.5.16.0007	19/02/2019	04/11/2019	258	2233	58,22
Minutar Despacho - Exec	0293200-36/2013.5.16.0007	19/02/2019	04/11/2019	250	2233	53,22
Minutar Despacho - Exec	0018114-38/2014.5.16.0007	17/07/2018	26/03/2019	252	2233	59,22
Minutar Despacho - Exec	0016102-61/2016.5.16.0007	19/04/2018	26/11/2018	221	2233	53,22
Minutar Despacho - Exec	0107600-17/2011.5.16.0007	16/10/2018	20/05/2019	215	2233	59,22
Minutar Despacho - Exec	0062800-67/2012.5.16.0007	22/09/2018	26/03/2019	215	2233	58,22
Minutar Despacho - Exec	0108100-85/2011.5.16.0007	03/11/2018	03/06/2019	213	2233	50,22
Minutar Despacho - Exec	0137800-83/2012.5.16.0007	03/11/2018	03/06/2019	209	2233	58,22
Minutar Despacho - Exec	0057900-51/2003.5.16.0007	07/11/2018	04/06/2019	208	2233	58,22
Minutar Despacho - Liq	0017291-36/2014.5.16.0007	30/07/2018	28/03/2019	239	2444	14,82
Minutar Despacho - Liq	0017021-40/2016.5.16.0007	30/07/2018	08/03/2019	221	2444	14,82
Minutar Despacho - Liq	0016255-35/2014.5.16.0007	30/07/2018	06/03/2019	221	2444	14,82
Minutar Despacho - Liq	0016502-85/2016.5.16.0007	30/07/2018	08/03/2019	221	2444	14,82
Minutar Despacho - Liq	0017372-47/2015.5.16.0007	03/09/2018	01/04/2019	210	2444	14,82
Minutar Despacho - Liq	0016057-47/2018.5.16.0007	03/09/2019	01/04/2019	210	2444	14,82
Minutar expediente de secretaria	0071200-60/2012.5.16.0007	14/06/2018	31/04/2019	280	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0098900-80/2017.5.16.0007	30/01/2019	11/11/2019	265	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0072000-88/2012.5.16.0007	08/08/2018	16/05/2019	262	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0011200-94/2012.5.16.0007	22/01/2019	26/10/2019	280	1635	29,83
Minutar expediente de secretaria	0016376-49/2016.5.16.0007	29/01/2019	29/10/2019	273	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0137400-43/2012.5.16.0007	03/08/2018	02/05/2019	272	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0328200-27/2013.5.16.0007	11/12/2018	20/08/2019	252	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0075100-32/2004.5.16.0007	09/08/2018	12/04/2019	247	1635	28,83
Minutar expediente de secretaria	0018500-56/2018.5.16.0007	05/06/2018	07/02/2019	246	1635	28,83

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Minutar expediente da secretaria	0018426-48.2015.5.16.0007	05/03/2018	07/02/2019	248	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0157800-43.2013.5.16.0007	15/05/2018	07/02/2019	237	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0111303-64.2012.5.18.0007	14/08/2018	07/02/2019	237	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0017895-88.2017.5.16.0007	19/01/2019	30/06/2019	224	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0058000-21.2012.5.16.0007	29/03/2018	07/02/2019	223	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0016169-21.2013.5.16.0007	30/01/2018	16/05/2018	210	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0016797-39.2015.5.18.0007	23/06/2018	26/03/2019	215	1635	28,83
Minutar expediente da secretaria	0072500-67.2012.5.18.0007	10/10/2018	16/05/2019	217	1635	28,83
Preparar ato de comunicação	0017981-11.2014.5.16.0007	12/09/2018	17/01/2019	219	5548	14,46
Preparar comunicação	0018221-19.2015.5.16.0007	25/07/2018	04/04/2019	255	128	25,46
Preparar comunicação	0057200-85.2015.5.18.0007	27/07/2018	04/04/2019	250	128	25,46
Preparar comunicação	0081400-13.2007.5.16.0007	05/05/2018	04/04/2018	209	128	25,46
Registrar no BNDT	0056700-06.2012.5.16.0007	22/06/2018	17/07/2018	325	18	189,11
Registrar no BNDT	0165703-26.2009.5.18.0007	22/04/2018	17/07/2018	329	18	189,11
Registrar no BNDT	0017431-97.2015.5.18.0007	08/10/2018	17/07/2019	281	18	189,11
Registrar no BNDT	0069100-28.2006.5.16.0007	10/10/2018	17/07/2019	290	18	189,11
Registrar no BNDT	0016542-38.2015.5.16.0007	12/12/2018	17/07/2019	217	18	189,11
Registrar no BNDT	0074500-85.2009.5.16.0007	13/12/2018	17/07/2019	218	18	189,11
Acordos vencidos	0016447-46.2018.5.16.0007	07/06/2018	08/07/2018	305	152	151,39
Acordos vencidos	0016375-59.2018.5.18.0007	08/06/2018	08/07/2018	304	152	151,39
Acordos vencidos	0016403-27.2018.5.16.0007	13/06/2018	08/07/2019	299	152	151,39
Acordos vencidos	0016285-63.2016.5.18.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016251-75.2018.5.16.0007	13/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016255-18.2018.5.16.0007	13/09/2018	08/07/2019	299	152	151,39
Acordos vencidos	0016266-45.2019.5.16.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016264-75.2018.5.16.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016366-53.2018.5.16.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016263-46.2018.5.16.0007	13/09/2018	08/07/2019	296	152	151,39
Acordos vencidos	0016261-23.2018.5.16.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	0016356-07.2018.5.16.0007	14/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39

C

48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Acordos vencidos	00162617-82.2018.5.16.0007	14/09/2018	09/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	00162653-90.2018.5.16.0007	14/09/2018	09/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	00162556-98.2018.5.16.0007	13/09/2018	08/07/2019	298	152	151,39
Acordos vencidos	00162882-08.2018.5.16.0007	14/09/2018	09/07/2019	298	152	151,39
Aguardando atualização de cálculo	0017275-13.2018.5.16.0007	27/08/2018	02/07/2019	308	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0017294-18.2018.5.16.0007	27/08/2018	02/07/2019	308	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0016242-27.2018.5.16.0007	27/08/2018	02/07/2019	308	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0017611-17.2018.5.16.0007	20/06/2018	02/07/2019	284	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0017521-65.2017.5.16.0007	20/09/2018	02/07/2019	264	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0017681-97.2017.5.16.0007	20/09/2018	02/07/2019	284	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0017411-10.2018.5.16.0007	20/09/2018	02/07/2019	284	34	170,82
Aguardando atualização de cálculo	0056100-31.2018.5.16.0007	24/07/2018	03/04/2019	258	34	170,82
Aguardando audiência	0018387-80.2017.5.16.0007	31/07/2018	31/05/2019	304	3818	52,31
Aguardando audiência	0018467-37.2018.5.16.0007	29/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016697-04.2018.5.16.0007	29/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016759-72.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0017887-58.2017.5.16.0007	28/03/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018151-31.2017.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018884-87.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018766-04.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018862-26.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016056-51.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016910-65.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016834-28.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018732-39.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0015916-40.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0017872-87.2017.5.16.0007	29/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018733-24.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0018796-19.2018.5.16.0007	29/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31
Aguardando audiência	0016397-20.2018.5.16.0007	28/06/2018	02/04/2019	277	3818	52,31



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando cálculo - Secretaria	0018236-46.2014.5.16.0007	11/06/2016	28/01/2019	230	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0018088-72.2013.5.16.0007	29/10/2019	19/06/2019	226	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0018218-90.2014.5.16.0007	02/08/2019	07/03/2019	216	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0017817-20.2015.5.16.0007	02/08/2019	07/03/2019	216	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0017505-26.2014.5.16.0007	09/08/2019	19/03/2019	214	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0042000-65.2013.5.16.0007	25/06/2018	28/01/2019	212	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0016152-14.2016.5.16.0007	26/08/2016	26/01/2019	212	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0016082-69.2016.5.16.0007	03/07/2018	04/02/2019	209	609	139,45
Aguardando cálculo - Secretaria	0016233-63.2015.5.16.0007	08/07/2016	04/02/2019	209	609	139,45
Aguardando comprovantes bancários	0004300-95.2012.5.16.0007	05/08/2018	03/10/2019	483	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0018065-88.2015.5.16.0007	09/07/2019	03/10/2019	450	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0018964-90.2014.5.16.0007	03/07/2016	03/10/2019	450	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0017345-66.2014.5.16.0007	05/07/2018	03/10/2019	450	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0016982-63.2014.5.16.0007	05/07/2016	03/10/2019	450	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0016112-04.2014.5.16.0007	25/07/2016	03/10/2019	434	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0016088-87.2014.5.16.0007	27/07/2019	04/10/2019	434	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0017615-98.2015.5.16.0007	26/07/2019	03/10/2019	433	170	298,72
Aguardando comprovantes bancários	0016598-75.2016.5.16.0007	28/07/2019	03/10/2019	433	170	298,72
Controle de pericia	0017600-65.2016.5.16.0007	26/08/2018	27/03/2019	210	237	69,66
Controle de pericia	0017506-45.2016.5.16.0007	25/08/2016	27/03/2019	210	237	69,66
Controle de pericia	0017590-79.2016.5.16.0007	30/08/2018	27/03/2019	209	237	69,66
Controle de pericia	0015302-79.2016.5.16.0007	29/08/2018	27/03/2019	208	237	69,66
Controle de pericia	0015866-72.2015.5.16.0007	29/08/2018	27/03/2019	208	237	69,66
Controle de pericia	0016282-23.2017.5.16.0007	30/08/2018	27/03/2019	208	237	69,66
Controle de pericia	0016662-86.2016.5.16.0007	29/08/2018	27/03/2019	209	237	69,66
Controle de pericia	0016894-68.2016.5.16.0007	29/08/2018	27/03/2019	209	237	69,66
Cumprimento de Providências	0016091-85.2017.5.16.0007	26/03/2019	06/11/2019	225	3281	67,53
Cumprimento de Providências	0099100-18.2012.5.16.0007	27/02/2019	09/11/2019	224	3281	67,53
Cumprimento de Providências	0018993-98.2018.5.16.0007	15/03/2019	22/11/2019	221	3281	67,53
Cumprimento de Providências	0016101-64.2017.5.16.0007	30/04/2019	06/11/2019	215	3281	67,53



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

16.5. Dos Processos Eletrônicos Analisados (escolhidos Aleatoriamente)

Processo n.º	Observações
0017175-28.2014.5.16.0007	Tramitação regular
0018029-81.2013.5.16.0007	Tramitação regular
0016848-78.2017.5.16.0007	Tramitação regular
0017535-90.2016.5.16.0007	Tramitação regular
0018404-87.2015.5.16.0007	Tramitação regular

16.6. Observações gerais sobre a tramitação dos processos no PJe

Primeiramente, deve ser registrado atrasos e acúmulos de processos nas algumas tarefas, como "Aguardando laudo pericial-C", "Registrar pagamentos ou despesas processuais-C, E", "Cumprimento de Providências- C, E", dentre outras. (item 16)

No tocante ao escaninho (item 16.1), observa-se a existência de muitas pendências, principalmente quanto aos "documentos internos".

Observa-se, ainda, no item 16.3, elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas, nos últimos 12 meses, como, por exemplo, "Aguardando comprovantes bancários", "Infoseg", "Registrar BNDT", "Aguardando atualização de cálculo".

Ademais, verifica-se, também, demora excessiva na permanência de processos em algumas tarefas, como citado no item 16.4.

Por fim, em relação à tarefa "Concluso ao Magistrado" e variações, a unidade deve se abster de manter processos nesta tarefa por mais de 30 (trinta) dias, procedendo ao direcionamento às caixas de Minuta dos Juizes competentes, onde efetivamente serão examinados, até mesmo porque o registro de conclusão na ficha processual somente é realizado após tal procedimento, o que influencia diretamente o cálculo dos prazos médios envolvidos, pendências e o controle dos dados respectivos pela Corregedoria.

17. DOS ATOS DA SECRETARIA

17.1. Gerenciamento dos Processos

Sobre o desenvolvimento dos trabalhos na Unidade, o Diretor de Secretaria informou que: "Os processos são distribuídos entre os servidores de acordo com suas tarefas previamente definidas, ficando vinculados ao servidor através do sistema PJE. Vale destacar que todos os processos físicos foram convertidos em eletrônicos, exceto os processos físicos desarquivados que continuam tramitando fisicamente".



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17.2. Intimação do Ministério Público

A Vara está promovendo regularmente a intimação do Ministério Público nas ações que demandam sua intervenção, como nos casos em que há interesse de menor.

17.3. Tramitação Preferencial

Considerando os atrasos registrados nos itens 15 e 15.5, constatou-se que a Vara correccionada assegura tramitação preferencial aos processos enquadrados no art. 14, § 3º, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, dentre os quais aqueles em que as partes são menores, idosos, portadoras de deficiência etc.

17.4. Remessa dos autos ao arquivo provisório

Ao remeter os autos ao arquivo provisório, quando da suspensão da execução, é obedecida integralmente a disposição estabelecida no artigo 159, do Provimento Geral Consolidado do TRT-16ª Região, notadamente quanto à renovação as providências coercitivas no sentido de localizar bens suscetíveis de penhora, bem como é expedida certidão pelo Diretor de Secretaria, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal e o esgotamento, sem êxito, de todos os meios de coerção. De igual modo, o Juiz revisa periodicamente os processos que se encontram no arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar as providências coercitivas.

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2019
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Liquidação)	2
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Execução)	18'

18. ITENS DE REGISTRO OBRIGATÓRIO NA ATA (Art.26, do Provimento Consolidado da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho)

- Averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; **A Vara atende a este dispositivo.**
- Após a liquidação de sentença em que se o apure crédito de valor inequivocamente superior ao depósito recursal, a Vara correccionada libera o depósito recursal em favor da parte reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, na forma do art. 124, de Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho; **A Vara atende a este dispositivo.**
- Assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; **Já analisado (item 4.4):**
- A quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; **Já analisado (item 7.1.2):**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- e) Os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais na fase de execução. **Já analisados (itens 7.1.6.1, 7.1.76.2, 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3).**
- f) Análise de processos, por amostragem, na fase de execução. **Já analisados no item 16.5.**
- g) O exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC; Em cumprimento ao artigo 23, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, observou-se que a Unidade correccionada apresentou, no curso de 2018 e até o mês de setembro de 2019, os seguintes resultados, conforme relatórios obtidos no SAPT1 e do site do Bacenjud.

ANO	CONSULTAS	
	RENAJUD	INFOJUD
2018	0	0
2019	0	4

(Fonte: SAPT1)

ANO	CONSULTAS BACENJUD					
	Quantidade			Valores		
	Bloqueios	Desbloqueios	Transferências	Bloqueados	Desbloqueados	Transferidos
2018	019	146	347	R\$ 2.026.035,44	R\$ 424.469,65	R\$ 505.622,43
2019	361	96	216	R\$ 1.311.401,99	R\$ 345.669,06	R\$ 641.779,6

(Fonte: www.bacenjud.br)

Importante registrar que o quantitativo apurado acima, relativamente às solicitações de bloqueios de INFOJUD e RENAJUD, referem-se apenas a processos físicos, vez que o PJe-JT não permite a emissão de relatórios neste sentido.

Por fim, com base em relatório fornecido pelo sistema BACENJUD, não existem bloqueios efetivados sem qualquer desdohramento, cumprindo-se o disposto no art. 86, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o qual estabelece que cabe ao Juiz do Trabalho velar diariamente para que, em caso de bloqueio efetivado, haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio.

- h) O registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, momento liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e cata de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais: **A Vara atende a este dispositivo.**
- i) Se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; **Já analisado (item 7.1.4);**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- j) Se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconexão da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária. **A Vara atende a este dispositivo.**

19. DOS ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

19.1. Mandados distribuídos

MANDADOS PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO DO MAIS ANTIGO	TOTAL
Mandados distribuídos e não finalizados	16/10/2019	47
Mandados expedidos e não distribuídos	13/11/2019	21

19.2. Prazos médios para cumprimento

ANO	2018		2019	
	CARLOS FELIPE ARRUDA MORAES	HERBERTH DE SOUSA DOURADO	CARLOS FELIPE ARRUDA MORAES	HERBERTH DE SOUSA DOURADO
Media em dias para devolução do mandado	7 dias 19h	13 dias 11h	6 dias 14h	16 dias 23h
Mandados recebidos por distribuição	456	390	660	545
Mandados recebidos por redistribuição	12	45	35	27
Mandados encerrados	453	404	670	545
Cumpridos com finalidade atingida	418	310	607	424
Cumpridos com finalidade não atingida	37	82	60	99
Mandados encerrados com prazo vencido	28	142	109	191
Mandados encerrados dentro do prazo	435	262	561	354

À vista dos prazos médios coletados, observa-se que, em 2019, está sendo obedecido pela Unidade o disposto no art. 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que estabelece que os mandados Judiciais devem ser cumpridos e devolvidos no prazo máximo de 19 (dezenove) dias, contados da data da distribuição.

20. AGUARDANDO PAGAMENTO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)

O Diretor de Secretaria informou que todos os acordos de RPV foram revisados, inclusive alguns foram quebrados, a fim de viabilizar as execuções contra os ente públicos municipais. Atualmente, os processos que se encontram nessa fase para pagamento de RPV seguem a ordem de tramitação processual, sendo normalmente quitado no prazo de 45 a 60 dias.

9

54



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Município	Percentual de bloqueio do FPM/Valor disponibilizado (Mensalmente)	Quantidade de Processos
Araçoiaba	Quebrado o acordo	0
Araquari	3,5% do FPM (suspensão)	0
Cantanhede	5% do FPM (suspensão)	0
Cajari	R\$ 10.000,00	0
Santa Luzia	R\$ 21.000,00(suspensão)	0
São João do Caru	R\$ 12.000,00	0
Monção	3% do FPM (suspensão)	0
Virínia da Meirim	3,5% do FPM (suspensão)	0
Penalva	5% do FPM (suspensão)	0
Pindaré Mirim	Quebrado o acordo	0
Pic XII	R\$ 20.000,00	0
GOVERNADOR Newton Bello	R\$ 8.000,00	0
Zé Doca	Quebrado o acordo	0
TOTAL		0

21. TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO

DESCRIÇÃO	2017	2018	Até 30/03/2019
No Ajuizamento da Ação até o Arquivamento	1.026,3	925,88	979,94

22. DA GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

22.1. Da inspeção judicial

Foi realizada inspeção judicial na Unidade mencionada no período de 07 a 20/01/2019, em conformidade com o disposto na Resolução Administrativa n.º 203/2016, tendo a Ata correspondente sido remetida a esta Corregedoria, restando atendidas as disposições dos artigos 183 e 185 do Provimento Geral Consolidado.

22.2. Da gestão documental

22.2.1. Dos autos findos

Os autos de processos findos são devidamente organizados em caixas apropriadas, devidamente identificadas e armazenadas no arquivo definitivo.

22.2.2. Das pastas

A Vara do Trabalho mantém pastas reservadas ao arquivamento das cópias físicas de alvarás, memorandos, ofícios, mandados, cartas precatórias, editais, atas de audiência e sentenças proferidas pelo Juízo em processos físicos. Nos processos eletrônicos, referidos documentos são arquivados em pasta de "f".

23. DA GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Sobre esse aspecto, o Diretor de Secretaria informou que: "os equipamentos mobiliários e de informática estão em perfeito estado de conservação".



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

24. DA GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL / CONVÊNIOS (Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, a, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)

Encontram-se instalados e em funcionamento os seguintes programas de informática pertencentes ao Sistema Integrado- SIGI-JT, (Sistema de Cálculos; AUD (Automação de Salas de Audiência); e-Doc; SAPT1; e-Public, e-Gestão).

O Diretor de Secretaria informou que as ferramentas tecnológicas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, JUCEMA e SERASAJUD, são usadas regularmente, objetivando tornar frutíferas as execuções que se encontram tramitação.

25. DO SISTEMA e-GESTÃO

Todas as estatísticas das Varas do Trabalho deste Regional são obtidas por meio do sistema e-Gestão, que é, atualmente, o banco de dados de toda a Justiça Especializada. Nesse sentido, vale ressaltar que todas as remessas geradas pela Unidade até setembro/2019 se encontram aprovadas.

Necessário registrar que a Unidade não apresentou nos relatórios dos ítems de saldo e pendência (SAPT1) do Sistema e-Gestão.

26. IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho do País.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

O IGEST busca auxiliar as preséncias, as corregedorias e as varas do trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão, sobretudo para aqueles Tribunais Regionais do Trabalho que não dispõem de metodologia própria para esse fim, com disponibilidade de acesso a todos os usuários do Sistema e-Gestão.

O cálculo foi desenvolvido para se obter, de forma padronizada, os indicadores de todas as varas do trabalho analisadas em um período de referência, sem fazer diferenciação entre elas, tudo com base nos dados extraídos do sistema e-Gestão. **Todas as informações relativas aos cálculos dos mesoindicadores podem ser obtidos no site do e-Gestão, no link <http://novoegestao.tst.jus.br/BCE/BI/>.**

Para cada mesoindicador e colocação da Vara no IGEST, existem 3 faixas:

- em fundo azul escuro e letras brancas- 25% dos índices e das varas, com os melhores desempenhos;
- em fundo cinza e letras pretas- 25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos;
- em fundo azul claro e letras azuis- 50% dos índices e das varas, com desempenho mediano e que se encontram entre as duas faixas acima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MESOINDICADORES, INDICADORES E SEUS RESPECTIVOS PESOS

MESOINDICADOR	INDICADOR	PESOS	
		PESO DOS INDICADORES	PESO DOS MESOS
Acervo	I01 - idade Média do Mandante de Julgamento	0,3	0,2
	I02 - Pendentes	0,5	
	I03 - Taxa de Conciliação e ou Prazo Vendido	0,2	
Celeridade	I04 - Prazo Médio na Fase de Conciliação	0,6	0,2
	I05 - Prazo Médio na Fase de Execução	0,1	
	I06 - Prazo Médio na Fase de Extinção	0,3	
Produtividade	I07 - Taxa de Criação	0,2	0,2
	I08 - Taxa de Solução	0,6	
	I09 - Taxa de Extinção	0,2	
Congestionamento	I10 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conciliação	0,5	0,2
	I11 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	0,5	
Força de Trabalho	I12 - Produtividade por Servidor	0,5	0,2
	I13 - Pendentes por Servidor	0,5	

Nesse sentido, seguem abaixo informações colhidas no referido sistema acerca da Vara Correccionada:

26.1. Situação da Vara Trabalhista em relação ao País.

26.1.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

TRT -> Vara do Trabalho	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade da (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
						Resultado	Colocação
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	0,3445	0,6412	0,6403	0,5388	0,3144	0,4958	1.095*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

26.1.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

TRT -> Vara do Trabalho	Acervo (Peso 0,2)	Calendarada (Peso 0,2)	Produtividade de (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
						Resultado	Colocação
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	0,3481	0,6404	0,6372	0,5267	0,3310	0,4967	441º

26.2. Situação da Vara do Trabalho em relação às demais Unidades 16ª Região

26.2.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Out/2015 a Set/2018	Acervo (Peso 0,2)	Calendarada (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Barreirinhas - 01a Vara	0751 a 1000	0,0939	0,2943	0,5487	0,2079	0,4421	0,3186	1º
16a - MA -> Chapadinha - 01a Vara	2021 a 2500	0,2066	0,2926	0,6814	0,3387	0,4163	0,3867	2º
16a - MA -> São Luís - 02a Vara	2001 a 2500	0,5061	0,4280	0,4449	0,2580	0,4052	0,4084	3º
16a - MA -> Presidente Dutra - 01a Vara	1001 a 1500	0,0992	0,3757	0,7223	0,4643	0,4470	0,4217	4º
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,2064	0,5368	0,4439	0,3043	0,5668	0,4281	5º
16a - MA -> Pedreiras - 01a Vara	0751 a 1000	0,2077	0,3703	0,4652	0,4918	0,6126	0,4295	6º
16a - MA -> Bacabal - 01a Vara	1501 a 2000	0,2626	0,4064	0,6373	0,5541	0,3784	0,4477	7º
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,3305	0,5028	0,4166	0,4763	0,5283	0,4509	8º
16a - MA -> Estrelito - 01a Vara	1001 a 1500	0,1754	0,2796	0,6610	0,5457	0,5983	0,4520	9º
16a - MA -> São João dos Patos - 01a Vara	0751 a 1000	0,4960	0,4031	0,4886	0,3265	0,5724	0,4573	10º
16a - MA -> São Luís - 07a Vara	2001 a 2500	0,4205	0,4119	0,6263	0,5151	0,3398	0,4627	11º
16a - MA -> Balsas - 01a Vara	1001 a 1500	0,2366	0,5471	0,4516	0,4711	0,6111	0,4635	12º
16a - MA -> São Luís - 06a Vara	2001 a 2500	0,3349	0,4847	0,5596	0,4668	0,5225	0,4737	13º
16a - MA -> São Luís - 01a Vara	2001 a 2500	0,2763	0,5363	0,5223	0,5467	0,5196	0,4803	14º
16a - MA -> Santa Inês -	1501 a	0,3288	0,6758	0,6743	0,4858	0,3008	0,4931	15º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

01a Vara	2000							
16a - MA -> Imperatriz - 02a Vara	2501 ou Mais	0,6914	0,6539	0,4810	0,2634	0,3814	0,4942	18º
16a - MA -> São Luís - 04a Vara	2001 a 2500	0,3338	0,5200	0,4728	0,6158	0,5822	0,5049	17º
16a - MA -> Barra do Corda - 01a Vara	2001 a 2500	0,2781	0,3732	0,6428	0,6269	0,6081	0,5054	18º
16a - MA -> São Luís - 03a Vara	2001 a 2500	0,3008	0,5667	0,5023	0,8420	0,5854	0,5154	19º
16a - MA -> Pinheiro - 01a Vara	2001 a 2500	0,4769	0,8318	0,3971	0,5778	0,3614	0,5290	20º
16a - MA -> Caxias - 01a Vara	2001 a 2500	0,3849	0,5221	0,6733	0,7544	0,6077	0,5885	21º
16a - MA -> São Luís - 05a Vara	2001 a 2500	0,7075	0,7219	0,5548	0,6328	0,5186	0,6271	22º
16a - MA -> Imperatriz - 01a Vara	2501 ou Mais	0,7437	0,8327	0,4053	0,9180	0,5343	0,6870	23º

26.2.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Out/2015 a Set/2018	Acervo (Peso 0,2)	Calendaridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Bacabal - 01a Vara	150ª a 200ª	0,1750	0,4000	0,2500	0,7500	0,7500	0,4650	1º
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	150ª a 200ª	0,5250	0,6000	0,7500	0,2500	0,2500	0,4750	2º

Vale registrar, que os dados acima se referem à faixa de casos novos de Out/2015 a Set/2018 e o período de referência relativo a Out/2018 a Set/2019.

QUADRO RESUMO DA COLOCAÇÃO DA VARA NO IGEST			
	Referência	Colocação	Total de Varas do Trabalho
Brasil	Todas as Varas do Trabalho	1005ª	1.567
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	441ª	604
TRT 16ª Região	Todas as varas	15ª	23
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	2ª	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Da análise dessas informações, observa-se que:

- A Unidade ficou na 1095ª colocação entre as 1.567 Varas do Trabalho do Brasil, bem como em 441ª lugar entre as 604 Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos;
- A Unidade também ocupou a 15ª colocação entre as 23 varas do Trabalho da 16ª Região, bem como em 2º lugar entre as 2(duas) da mesma faixa da Região.

27. WIKI NACIONAL- Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância

Os Tribunais Regionais do Trabalho elaboraram a primeira versão de um manual eletrônico com as rotinas das Varas do Trabalho, denominado Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância- Wiki Nacional.

Trata-se de uma ferramenta para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, a eficiência na prestação jurisdicional.

Dessa forma, considerando a relevância da questão, a equipe correccional solicitou da Diretor de Secretaria a observância do Memo Circular nº4/2019, através do qual a Secretaria da Corregedoria requereu dos gestores das varas do Trabalho a disseminação da referida plataforma perante os servidores e magistrados, comprometendo-se o referido Diretor a adotar as medidas necessárias visando divulgação e utilização do aludido sistema.

28. DA OUVIDORIA

Conforme informado pelo Serviço de Ouvidoria deste Regional, durante o ano de 2018, até o mês de setembro de 2019, foram registradas 7 (sete) manifestações pertinentes à morosidade em tramitação na Vara do Trabalho, todas já devidamente concluídas e arquivadas.

29. DAS SUGESTÕES

O Diretor de Secretaria não apresentou a seguinte sugestão.

30. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Verificou-se que a Unidade possui instalações físicas adequadas, em bom estado de conservação, compatível com os trabalhos desempenhados, proporcionando um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento das atividades com qualidade, conforme fotografias abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Fachada



Balcão de atendimento



Gabinete do(a) Juiz(a) Titular



Gabinete do(a) Juiz(a) Substituto



Gabinete do(a) Diretor(a)



Secretaria

[Handwritten signatures and initials]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Sala de Audiências



Sala de espera

31. DAS BOAS PRÁTICAS

Não foram apresentadas boas práticas.

32. DAS VISITAS

O Desembargador Corregedor não recebeu visitas durante os trabalhos correccionais.

33. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES INSERTAS NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO PRETÉRITO.

As seguintes recomendações/determinações, exaradas na ata do ano anterior, foram cumpridas pela Unidade:

- a) Cumprimento das metas 1, 5, e 7/2018 do CNJ e metas 10 e 21/2018 do TRT-16ª Região;
- b) Decréscimo da taxa de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo, em 2018, o índice de 38,10%, ocupando o 15º lugar entre as Unidades deste Regional;
- c) Estão sendo obedecidos os comandos emanados do Comitê Gestor do Sistema e-Gestão e observados os itens de saldo de pendências;
- d) As inconsistências dos processos físicos foram saneadas, com a digitalização de todo o legado e sua migração para o Pje-JT;
- e) Cumprimento do comando inserto no art. 57, do PCG-TRT16, quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Por outro lado, é incumbência do Corregedor registrar as determinações/recomendações não cumpridas, bem como as aspectos que ainda mereçam ser aprimorados. Nesse sentido, juizes e servidores devem atentar para o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) Não foram cumpridas as metas 2, 3 e 6 /2018 do CNJ, meta 5/2018 do CSJT e metas 11, 13/2018 da TRT 16ª Região;
- b) Permanece elevado o número de processos pendentes de despacho (tem 10.2);
- c) Os dados referentes à fase de execução, como execuções pendentes (item 6.4.2), processos pendentes de baixa (item 6.4.3), taxa de congestionamento (item 6.4.4) e prazo médio (item 6.4.6) são insatisfatórios;
- d) O prazo para realização das audiências permanece elevado (itens 7.1.3 e 7.1.6.1), por índice entre as Varas de mesma faixa de movimentação processual;
- e) Apesar da Unidade adotar a prática de incluir em pauta processos em que haja possibilidade de acordo, em observância ao art.26, "c", da referida Consolidação, não existe pauta específica para processos em fase de execução, na forma do art.76,II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral;
- f) Cumprimento apenas parcial dos arts. 55 e 64, do PCG-TRT16, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não preferida na audiência em que foi encerrada a instrução;
- g) Do mesmo modo, cumprimento parcial do art. 82 do PCG-TRT16, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

34. DAS RECOMENDAÇÕES

Em caráter geral, com o intuito de realçar procedimentos que devem ser sempre observados em todas as Unidades Judiciais deste Regional, especificamente em decorrência do constatado nos trabalhos correccionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor deixa as seguintes recomendações aos Excelentíssimos Juizes vinculados à Vara do Trabalho de Santa Inês:

- a) **IGEST-** Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (1095º Nacional; 441º Nacional por faixa de casos novos; 15º Regional; 2º Regional por faixa de casos novos), que adotem medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara do Trabalho, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);
- b) **Processos convertidos em diligência-** À vista do considerável volume de conversões em diligência, ultrapassando 3(três) centenas, constatado no item 9.2, procedam à análise prévia de todos os processos conclusos pela Secretaria para julgamento, a fim de examinarem, de pronto, a possibilidade de estes ainda necessitarem de diligências complementares, evitando-se, assim, que cenários como os constatados se repitam, fundamentando, ainda, devidamente a competente decisão, se for o caso;
- c) **Metas (2018)-** Observem e acompanhem as metas do Judiciário Nacional, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de lhes dar cumprimento integral ao final de cada ano, assim como aquelas fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

estabelecidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT da 16ª Região, pelo link <https://www.trt16.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>, haja vista o descumprimento das metas 2, 3 e 6 /2018 do CNU, meta 5/2018 do CSJT e metas 11, 13/2018 do TRT 16ª Região;

- d) **Fase de Execução-** Considerando os dados referentes à fase de execução, como execuções pendentes (item 6.4.2), taxa de congestionamento (item 6.4.4.) e prazo médio (item 6.4.6), adotem medidas imediatas visando a melhoria desses índices, devendo, para tanto, utilizar nos meios coercitivos necessários à obtenção de uma execução eficiente, a exemplo dos convênios, como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SABB (Sistema automatizado de bloqueios bancários) e outros, assim como a priorização da conciliação, de modo a reduzir o acervo da Unidade;
- e) **Baixa de processos** - Considerando a existência, em 30/09/2019, de 1.941 (mil novecentos e quarenta e um) e 1.994 (mil novecentos e noventa e quatro) processos pendentes de baixa, nas fase de conhecimento e execução, respectivamente, que exigem esforços, a fim de diminuir esses números, tendo em vista que eles interferem diretamente nos cálculos dos relatórios do Justiça em Números e das Metas Nacionais;
- f) **Prazo médio para realização de audiências-** Permançam observando, quando da elaboração da pauta, a necessidade de se reduzir os prazos médios, sobretudo os pertinentes à realização da primeira audiência e, em especial, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo (art. 852-B, III, da CLT), de modo a adequá-los ao prazo estabelecido em lei ou, pelo menos, reduzi-los a patamares razoáveis;
- g) **Processos pendentes de despacho-** que adote medidas visando à redução da pendência relatada no item 10.2;
- h) **Arts. 55 e 64, do PCG-TRT16-** Verifiquem o comando inserto no referido dispositivo, quanto à designação de data para a publicação da sentença, quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução, mediante ciência prévia das partes ou procuradores, evitando-se, desse modo, a conclusão dos autos para julgamento *sine die* e a necessidade de intimação das partes pela via postal ou Diário;
- i) **Prazo para julgamento (art. 63 do PGC/art.226,III, do CPC)-** Cumpram os referidos dispositivos, que tratam do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento, considerando que os dados registrados no item 6.7.4.2, revelam, em algumas situações, extrapolação acentuada dos prazos para julgamento;
- j) **Prazo entre ajuizamento da ação até o encerramento da instrução-** Se empenhem em busca na redução do prazo constatado em 30/09/2019 (321,94 dias), conforme item 7.1.6.2;
- k) **Art. 57, do Provimento Geral Consolidado TRT 16-** Continuem a observar o citado dispositivo, quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- l) **Sentenças Líquidas-** Considerando o índice percentual de sentenças líquidas registradas no item 8.1.5, deve ser observado, com rigor, a Recomendação 4/18-CGJT;
- m) **Pauta em execução-** Estabeleça, em consonância com o alinhado no Memorando Circular n.º 171/2015-SC, e ao art.76, "e", da Consolidação dos Provimentos, pauta regular e especial de conciliação para processos na fase de execução, devendo, ainda, determinar à Secretaria a realização de acompanhamento sistemático e regular de todos os processos que se encontram em fase de execução com possibilidade de acordo, com vistas à inclusão em pauta;
- n) **Deslocamentos Itinerantes-** Procedam à realização de audiências itinerantes, em cumprimento ao disposto no art. 115, §1º, da Constituição Federal bem como nos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

termos do Provimento Geral Consolidado deste Regional, propiciando, às comunidades mais distantes, amplo acesso à Justiça Laboral;

- o) Recomendações da CGJT-** Que observem os termos do MEMO. CIRCULAR N.º 008/2019-SC, por meio do qual a Unidade foi cientificada acerca das recomendações constantes na Ata de Correição da CGJT-2019, quais sejam:

- *Considerando que a Resolução n.º 233/2016 do CNJ determina que o magistrado, na designação do perito, observe critério equitativo para a nomeação dos profissionais constantes da lista cadastrada junto ao Tribunal, recomenda-se dispensar especial atenção, durante a atividade correicional, ao integral atendimento às diretrizes fixadas na Resolução n.º 233/2016 do CNJ;*
- *Considerando que, a despeito do incremento da produtividade do primeiro grau de jurisdição, com importante redução do acervo de processos pendentes de julgamento, o prazo médio de duração dos processos na fase de conhecimento apresenta-se elasticado, notadamente no que tange ao interstício do ajuizamento da ação até a realização de primeira audiência - fato objeto de recomendação na Correição Ordinária anterior -, recomenda-se a intensificação dos esforços no sentido de obter a redução do tempo médio de tramitação processual nas Varas do Trabalho da 16ª Região, com especial atenção ao prazo para designação da primeira audiência;*
- *Considerando os índices relativos ao resíduo e ao prazo médio na fase de execução em 2018, recomenda-se sensibilizar magistrados e servidores para a importância do uso eficaz das ferramentas de pesquisa patrimonial como meio de assegurar a efetividade das execuções e, por consequência, incrementar a produtividade e propiciar a redução do número de execuções pendentes no âmbito da 16ª Região;*
- *Considerando a informação de que significativa parcela das execuções encerradas encontra-se identificada como "outras extinções" e de que, entre elas, constatou-se, por amostragem, a existência de sentenças que fizeram incidir a prescrição intercorrente, recomenda-se alertar os magistrados para os termos do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 41/2018 do TST e da Recomendação n.º 3/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de modo a garantir segurança jurídica aos jurisdicionados;*
- *Considerando que não há unidade específica responsável pela fiscalização das rotinas adotadas pelas VTs para a expedição e processamento das RPVs estaduais e municipais, o que dificulta a padronização dos procedimentos, fato inclusive objeto de recomendação na ata correicional anterior, e visando o controle efetivo, centralizado e permanente das práticas adotadas pelas diversas unidades jurisdicionais, recomenda-se adotar mecanismos de efetivo controle em relação ao processamento das RPVs estaduais e municipais expedidas pelas Vts;*

- p) Tramitação Preferencial-** Continuem a assegurar tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;

- q) Arquivo Provisório:** Determinem à Secretaria que proceda à revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

35. DAS DETERMINAÇÕES

Em face do constatado e apurado durante os trabalhos correccionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor determina à Secretaria, na pessoa do Diretor Efren Leite da Cruz Segundo, responsável pela boa ordem dos serviços da Unidade, que:

- a) **WIKI NACIONAL**- Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância- Dissemine o uso dessa plataforma para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, a eficiência na prestação jurisdicional;
- b) **IGEST**- Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (1095º Nacional; 441º Nacional por faixa de casos novos; 15º Regional; 2º Regional por faixa de casos novos), adote medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara do Trabalho, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);
- c) **PJE** - Elabore estratégia de ação, de modo a regularizar a tramitação dos processos, bem como imprimir a celeridade necessária à realização dos atos processuais com atrasos excessivos, tendo em vista as seguintes observações, já consignadas no item 16:
 - atrasos e acúmulos de processos nas algumas tarefas, como "Aguardando laudo pericial-C", "Registrar pagamentos ou despesas processuais-C, E", "Cumprimento de Providências- C, E", dentre outras. (item 16);
 - observa-se a existência de muitas pendências no escaninho, principalmente quanto aos "documentos internos";
 - elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas, nos últimos 12 meses, como, por exemplo, "Aguardando comprovantes bancários", "Infoseg", "Registrar BNDT", "Aguardando atualização de cálculo";
 - Ademais, verifica-se, também, demora excessiva na permanência de processos em algumas tarefas (item 16.4);
 - Em relação à tarefa "Conclusão ao Magistrado" e varações, a unidade deve se abster de manter processos nesta tarefa por mais de 30 (trinta) dias, procedendo ao direcionamento às caixas de Minuta dos Juizes competentes, onde efetivamente serão examinados, até mesmo porque o registro de conclusão na ficha processual somente é realizado após tal procedimento, o que influencia diretamente o cálculo dos prazos médios envolvidos, pendências e o controle dos dados respectivos pela Corregedoria.
- d) **Gestão da Secretaria**- Faça o acompanhamento periódico e rigoroso dos processos eletrônicos e físicos, pelos PJe-JT e SAPT1, assim como da produtividade dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

servidores, a fim de que os inúmeros atrasos detectados nesta ata sejam regularizados e não voltem a se repetir;

- e) **Art. 62, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal-** Verifique, com rigor, o cumprimento desse dispositivo, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução, devendo a Chefe de Audiência e demais servidores ser orientados e cobrados nesse sentido;
- f) **Sistema e-Gestão:** Dê atenção especial aos relatórios de saldo e de pendências, bem como aos aqueles que interferem nas variáveis do Justiça em Número (<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>), especialmente os seguintes: 90185 (Cartas Precatórias pendentes de devolução); 90377 (Processos pendentes de baixa-fase conhecimento); 90375 (Processos baixados-fase de conhecimento); 90383 (Processos pendentes de baixa-fase de execução); 90381 (Processos baixados-fase de execução); 90315 (Processos suspensos- fase de conhecimento); 90300 (Processos suspensos- fase de execução);
- g) **Tramitação Preferencial-** Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserida no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- h) **Arquivo Provisório-** Ao remeter os autos ao arquivo provisório, emita certidão conforme estabelecido no art. 159, §1º, do Provimento Geral Consolidado, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal;
- i) **Ciência aos servidores-** Disponibilize a ata a todos os servidores, devendo ser realizada leitura conjunta com todo corpo funcional, de modo a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das determinações nela contidas.

Deve a Vara do Trabalho, no prazo de 30 (trinta dias) dias, informar à Corregedoria acerca do cumprimento do inteiro teor das determinações da presente ata, esclarecendo quais as providências adotadas para cumprimento de cada item.

36. DAS PROVIDÊNCIAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA

- Disponibilizar no site do Tribunal o inteiro teor desta Ata, publicando-a no DEJT.

37. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Américo Bedê Freire agradece a colaboração de todos aqueles que participaram dos trabalhos correccionais, fazendo-o em nome do Excelentíssimo Senhor Juiz Mário Lúcio Batigniani (Juiz no exercício da titularidade) e do Ilustríssimo Senhor Efren Leite da Cruz Segundo (Diretor de Secretaria), pelo tratamento cordial recebido e pelo trabalho desenvolvido. Destaca os seguintes pontos positivos:

- Cumprimento das metas 1, 5, e 7/2018 do CNJ e metas 10 e 21/2018 do TRT-16ª Região;
- Inexistência de processos pendentes para julgamento fora do prazo legal;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- Digitalização de todos os processos físicos e sua migração para o Pje-JT;
- Valores pagos aos reclamantes em 2018 (R\$ 3.890.770,71) e até 30/09/2019 (R\$ 1.702.253,27).

Em face da avaliação realizada e dos resultados colhidos por meio desta Correição Ordinária, o Corregedor consigna elogio a todo o corpo funcional da Unidade, nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Fernanda Franklin da Costa Ramos (Juíza Titular) e Mário Lúcio Batigniani (Juiz Substituto, no exercício da titularidade), bem como do Ilustríssimo Senhor Efren Leite da Cruz (Diretor de Secretaria). Cumprimentando a todos, encerramos este procedimento correicional, expressando nosso agradecimento pela forma cordial e acolhedora com que o Desembargador e toda sua equipe foram recebidos na Vara do Trabalho de Santa Inês.

38. DO ENCERRAMENTO

Aos 14 dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, foi encerrada a presente Correição Periférica Ordinária. Nada mais havendo a consignar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Américo Bedê Freire, mandou encerrar a presente Ata, lavrada por mim, Marcos Pires Costa, Secretário da Corregedoria, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Mário Lúcio Batigniani, por mim, e pelo Ilustríssimo Senhor Diretor de Secretaria Efren Leite da Cruz Segundo.

Des. Américo Bedê Freire

Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Juiz no exercício da titularidade da Vara do Trabalho de Santa Inês

Secretário da Corregedoria Regional

Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Santa Inês